



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUÍBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruibe.fiscamb@gmail.com

INFORMAÇÃO TÉCNICA DMA Nº 10/2021

Peruíbe, 17 de fevereiro de 2021.

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de Informação Técnica (IT) elaborada em resposta ao requerimento efetuado pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Peruíbe (CONDEMA), em 01/01/2021, o qual versa sobre o processo de revisão do Plano Diretor instituído pela Lei Complementar nº100/2007, especialmente sobre a minuta de alteração do macrozoneamento municipal (e perímetro urbano).

A presente IT tem como objetivo fornecer subsídios às tomadas de decisão quanto a consolidação da revisão do Plano Diretor, em especial, frente ao macrozoneamento municipal, ao traçar um histórico e caracterização ambiental da Área de Pressão para a qual há decisão judicial em Ação Civil Pública Cível-Flora (Processo Digital 1003139-17.2019.8.26.0441), analisar e comparar o macrozoneamento vigente e a minuta de alteração disponibilizada pela Prefeitura (<http://www.peruibe3.sp.gov.br/revisao-do-plano-diretor-2020/>), bem como as alterações no perímetro urbano municipal, de modo a identificar as principais modificações com potencial de conduzir a impactos ambientais negativos futuros. Apesar da ênfase dada à área de pressão, a análise considerou todo o território municipal.

Para alcançar os objetivos descritos, utilizou-se não somente os instrumentos de planejamento e ordenamento territorial mencionados acima, mas também dados diversos referentes aos temas fiscalização e monitoramento ambiental (autos de infração ambiental lavrados e supressão de vegetação nativa), conservação e áreas protegidas (unidades de conservação, terras indígenas e bens tombados), hidrografia e áreas de preservação permanente, dentre outros, assim como dados e informações vinculados ao histórico de atuação e experiência da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, junto a outras instituições públicas, no âmbito da fiscalização ambiental.

Por fim, a partir da análise efetuada, além de subsídios para tomadas de decisão, a presente IT traz algumas recomendações técnicas e elementos norteadores a serem considerados no processo de revisão do Plano Diretor, considerando as competências da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, definidas na Lei nº 2834/2006 (e alterações), em



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUÍBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruibe.fiscamb@gmail.com

especial no Art. 258-R (inciso IV), o qual estabelece que compete à pasta, dentre outras atividades, assessorar a Administração Pública Municipal na elaboração e revisão de planejamento local, quanto a aspectos ambientais, expansão urbana, dentre outros.

2. HISTÓRICO DA ÁREA DE PRESSÃO

A área de pressão origina-se, especialmente, a partir de uma vetorização baseada nos limites da Gleba 09 do imóvel Fazendas São João/São José, proprietário espólio de Leão Benedito de Araújo Novaes. A área foi definida por meio da CM- Informação Técnica 163/2019, produzida pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA-SP).

Nos parágrafos abaixo, é traçado o histórico das ações que conduziram a decisão judicial na Ação Civil Pública (Processo Digital nº: 1003139- 17.2019.8.26.0441). O histórico da área e a cronologia das ações de fiscalização, apesar de extensos, são imprescindíveis para a adequada compreensão da dinâmica territorial, das características socioambientais do espaço em questão e da atuação de diversas esferas do poder público estadual e municipal frente a degradação ambiental e expansão das ocupações irregulares.

Considerando os eventos de degradação ambiental e ocupações irregulares na região litorânea, o Governo do Estado de São Paulo, por meio das Secretarias do Meio Ambiente e da Habitação, vem executando o Projeto Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista (PDSLP) - (Lei nº 14.990/2013, Decreto nº 60.029/2014 e alterações), no qual a Prefeitura de Peruíbe é parte integrante e atuante no âmbito da Fiscalização Ambiental, juntamente com outras instituições, por meio de convênio firmado com o Governo do Estado e da execução do Plano de Monitoramento e Fiscalização Ambiental Integrada de Ocupações Irregulares estabelecido (*firmado pelo Prefeito Municipal em 04 de maio de 2018 – Ofício nº 72/2018-GP*).

No município de Peruíbe, inicialmente, foram estabelecidas como áreas objeto do PDSLP: o local conhecido como “Morro das Panelas”, na área rural, e no perímetro urbano os locais denominados “Manacá dos Itatins” e “Garça Vermelha”. Posteriormente, as atividades realizadas conjuntamente pelo Departamento Municipal de Meio Ambiente e a Polícia Militar Ambiental permitiram identificar, na área rural, outras localidades com considerável potencial de expansão das ocupações irregulares, desordenadas e associadas



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUÍBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruibe.fiscamb@gmail.com

à degradação ambiental, com potenciais impactos negativos em Unidades de Conservação e/ou Terras Indígenas. Foi neste contexto que o município apresentou à Secretaria Estadual uma proposta de inclusão de área no PDSLP, a qual foi aceita e incluída no Plano de Monitoramento e Fiscalização Ambiental Integrada de Ocupações Irregulares estabelecido no projeto, em maio de 2019.

Posteriormente, a equipe municipal procedeu ao levantamento da titularidade da área em questão, junto ao Setor de Cadastro Imobiliário, e verificou tratar-se de local arrolado no Espólio de Leão Benedito de Araújo Novaes. Assim, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura contatou a Sra. Anna Paola Novaes Stinchi, inventariante do referido espólio, para dar a ela ciência da problemática envolvida e solicitar colaboração frente às medidas a serem adotadas, com a finalidade de coibir a expansão da ocupação irregular e consequente degradação ambiental na área. Por meio do contato estabelecido, foi possível obter a Planta do Imóvel Georreferenciado, Fazendas São João/São José, Espólio de Leão Benedito de Araújo Novaes (Responsável Técnico Aloísio Casimiro Misiunas - CREA 23.416 - ART 92221220111285793).

Após a interpretação cartográfica do material obtido, e considerando os dados coletados em diligências realizadas no território municipal, restou claro que as localidades com considerável potencial de expansão das ocupações irregulares, previamente identificadas pela municipalidade no âmbito do PDSLP, correspondem à Gleba 09 do Espólio de Leão Benedito de Araújo Novaes.

Vale pontuar que, por meio das incursões realizadas em conjunto com equipes da Polícia Militar Ambiental, foi possível constatar que a degradação ambiental na área ocorre especialmente por supressão de vegetação nativa e impedimento à regeneração associados às ocupações irregulares, tendo sido observados a demarcação de lotes, aberturas de vias, presença de aterro e resíduos de construção civil, queimadas, estabelecimento de edificações irregulares, sinais de circulação de máquinas, dentre outros eventos que estão parcialmente ilustrados no Termo de Vistoria Ambiental 11072018010176 e Termo de Vistoria Ambiental 08082018002764, elaborados pela Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo.

Assim, em 10/05/2019, na sala de reuniões do Paço Municipal, foi realizada uma reunião convocada pela Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, com a participação de



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruipe.fiscamb@gmail.com

diversos setores da Prefeitura Municipal e de outras esferas do Poder Público, com o objetivo de consolidar um Plano de Ação Conjunta a ser executado em áreas estabelecidas como de interesse para a fiscalização ambiental. Na mesma data, os setores que participaram da reunião foram conduzidos pela Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura até as áreas em questão para reconhecimento em campo de modo a subsidiar de maneira mais sólida o entendimento e as tomadas de decisão.

Como desdobramento dos eventos relatados no item anterior, ficou estabelecida a realização de operações conjuntas entre diversos setores do poder público municipal e estadual a serem realizadas na área que integrou a proposta de inclusão apresentada pelo município no âmbito do PDSLP.

Somando-se ao exposto, a equipe técnica da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, por meio do Departamento de Fiscalização da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, produziu a CM-Informação Técnica 118/2019 com o objetivo de verificar a presença de supressões de vegetação, novas edificações e autuações dentro dos limites Planta do Imóvel Georreferenciado, Fazendas São João/São José, Espólio de Leão Benedito de Araújo Novaes, no período entre 2017 e 2019, por meio da qual foi possível notar o elevado número de autuações dentro dos limites da Gleba 09.

Nos parágrafos seguintes, segue a cronologia das principais ações realizadas na área de pressão, entre maio e outubro de 2019.

Em 16/05/2019, foi realizada operação conjunta entre o Departamento de Meio Ambiente (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura), Setor de Fiscalização de Obras Particulares/ Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Defesa Social, Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo (3º Batalhão/ 1ª Companhia / 2º Pelotão), Centro Técnico Regional de Fiscalização III e Unidade de Gerenciamento de Projetos da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA-SP). Nesta diligência, direcionada às adjacências da Estrada do Cajueiro e da Estrada do Batataú, foi efetuada a desconstrução de edificações nas quais não foi caracterizada habitabilidade, remoção de cercas e mourões irregularmente implantados e constatação de eventos associados à degradação ambiental, como a supressão de vegetação nativa. Documentos de referência: Relatório Técnico de Vistoria (RTV) nº 59/2019-CTR3, Termo de Vistoria



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruibe.fiscamb@gmail.com

Ambiental nº 16052019013259, e Boletins de Ocorrência Ambiental 24072019004665 e 01082019006383.

Em 27/06/2019, foi realizada operação conjunta entre os mesmos setores do poder público elencados no parágrafo anterior, mas em localidades situadas nas adjacências da Estrada do Lontra e Riacho Doce. Na ocasião, foi também efetuada a desconstrução de edificações nas quais não foi caracterizada habitabilidade, remoção de cercas e mourões irregularmente implantados e constatação de eventos associados à degradação ambiental, como a supressão de vegetação nativa. Documentos de referência: Relatório Técnico de Vistoria (RTV) nº 77/2019-CTR3 e Boletins de Ocorrência Ambiental 27062019008593, 27062019012603 e 27062019013975, bem como os já citados no item anterior (Boletins de Ocorrência Ambiental 24072019004665 e 01082019006383).

Em 12/08/2019 foi realizada operação conjunta entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, Policia Militar Ambiental (3º Batalhão/ 1ª Companhia / 2º Pelotão), Policia Militar, patrulhamento de área (29º Batalhão) e ELEKTRO REDES S.A, com a finalidade de constatar e remover ligações clandestinas de energia na Estrada da Jaqueira e adjacências, culminando na remoção e apreensão de fiação (cerca de 1.8km), materiais elétricos e na lavratura do Boletim No 3149/2019 no 1º Distrito Policial de Peruíbe. Documentos de referência: Relatório Técnico de Vistoria (RTV) nº 93/2019-CTR3, elaborado pela SIMA-SP.

Novamente, em 22/08/2019, foi realizada operação conjunta entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, Policia Militar Ambiental (3º Batalhão/ 1ª Companhia / 2º Pelotão), Policia Militar, patrulhamento de área (29º Batalhão) e ELEKTRO REDES S.A, com a finalidade de constatar e remover ligações clandestinas de energia na Estrada do Lontra, Riacho Doce e adjacências, culminando na remoção e apreensão de fiação (cerca de 1.3km), materiais elétricos e na lavratura do Boletim No 1045/2019 no 1º Distrito Policial de Peruíbe. Documentos de referência: Relatório Técnico de Vistoria (RTV) nº 93/2019-CTR3, elaborado pela SIMA-SP.

Em 30/08/2019, foi realizada operação conjunta para constatação de edificações e infraestrutura com potencial de inclusão em ação de desconstrução/remoção a ser realizada. Participaram da incursão, além da equipe da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, servidores da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruipe.fiscamb@gmail.com

Paulo e Policia Militar Ambiental. Foram percorridas as vias conhecidas como Estrada do Batataú, Rua 10/Davi Sabino Soares e Estrada da Jaqueira e bifurcação desta, na área rural municipal. Foram constatadas 07 (sete) edificações que consistem em obras inacabadas e 01 poste padrão em área com presença de aterro e degradação ambiental.

Considerando as atividades relatadas, em 17/09/2019, foi realizada operação conjunta para a desconstrução de edificações nas quais não foi caracterizada habitabilidade, bem como efetuada a remoção de cercas/mourões irregularmente implantados. Participaram da força tarefa, além das equipes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, a Policia Militar Ambiental (3º Batalhão/ 1ª Companhia / 2º Pelotão), Policia Militar (patrulhamento de área 29º Batalhão) e Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Centro Técnico Regional de Fiscalização III). Documentos de referência: Termo de Vistoria Ambiental (TVA) 17092019013012.

Em 17/10/2019, em operação conjunta com a Policia Militar Ambiental (3º Batalhão/ 1ª Companhia / 2º Pelotão), Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA-SP) e Policia Militar (29º BPM/I) foi realizada a remoção de material de construção civil oriundo das ações de desconstrução realizadas previamente. Foi possível remover o material de apenas 01 área, especificamente, da edificação que era situada nas coordenadas planas (UTM / 23S) 299301 E, 7317058 N, cujo acesso se dá pela "estrada da jaqueira". A operação contou com o apoio maquinário contratada pela inventariante, Anna Paola Novaes Stinchi. Documentos de referência: Termo de Vistoria Ambiental (TVA) 17102019013195.

Posteriormente, em 29/10/2019, em operação conjunta com a Policia Militar Ambiental (3º Batalhão/ 1ª Companhia / 2º Pelotão), foi realizado o monitoramento de diversas áreas situadas dentro do polígono definido como área de pressão na CM-Informação Técnica Nº 163/2019, produzida pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA-SP), no âmbito do PDSLP e utilizado para o congelamento judicial da área (Processo nº: 1003139-17.2019.8.26.0441). Documentos de referência: Termo de Vistoria Ambiental (TVA) 29102019011094.

Com a decisão proferida pelo juiz de direito Anderson José Borges da Mota, em 08/10/2019, no âmbito do Processo nº: 1003139-17.2019.8.26.0441 (transcrita abaixo), foi realizada incursão conjunta para a colocação de placas informativas em 05 pontos de acesso



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruipe.fiscamb@gmail.com

à área em questão. A diligência foi realizada em conjunto com a Polícia Militar Ambiental (3º Batalhão/ 1ª Companhia / 2º Pelotão) e Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA-SP) em 06/11/2019. Documentos de referência: Informação Técnica DMA Nº 52/2019, de 12/11/2019.

[...] Assim, presentes os requisitos, DEFIRO a tutela de urgência para determinar aos requeridos e terceiros não identificados a proibição de novas ocupações, construções, acessões, deslocamentos de solo ou quaisquer outros danos ambientais, sob pena de multa no valor de R\$ 1.000,00 para cada nova ocupação, construção, acessão, deslocamento de solo ou dano ambiental, mediante constatação dos agentes públicos estaduais e municipais, autorizando-se, inclusive, para fins de publicidade e eficácia da medida, a colocação de placas e cercas no interior da área e nas suas cercanias explicitando tal restrição. Fica, desde já, autorizada a demolição ou desfazimento de eventuais construções erigidas após a concessão desta liminar [...]

(Juiz de direito Anderson José Borges da Mota, 08/10/2019, Processo nº: 1003139-17.2019.8.26.0441, Comarca de Peruíbe-SP, Foro de Peruíbe-SP, 1ª

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PRESSÃO

3.1 Identificação, Localização e Extensão

Apresenta como centroide do polígono as coordenadas (UTM/23S) 300194 E, 7317339 N (DATUM SIRGAS 2000), um perímetro de aproximadamente 14,5 km e 654 ha de área total (*ver Mapa I- Localização da Área de Pressão*).

No trecho norte e oeste, tem como delimitação os limites da Gleba 09 do Espólio de Leão Benedito de Araújo Novaes (*Ver Mapa 2 – Área de Pressão e Espólio Leão Novaes*).

Nos demais trechos, tem como limites a influência de área densamente edificada, ocupações irregulares que têm causado pressão sobre as áreas de vegetação natural remanescentes do Bioma Mata Atlântica.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - perui-be.fiscamb@gmail.com

Ao longo do texto e produtos cartográficos apresentados nesta IT, utilizou-se indiscriminadamente, como sinônimos, as designações “área de pressão” e “área judicializada”.

3.2 Aspectos gerais da paisagem

De modo geral, a paisagem pode ser descrita pela relevante presença de cobertura florestal, entremeada por áreas com influência antrópica de baixa a média densidade habitacional. Podem ser constatadas vias de circulação, muitas delas abertas irregularmente nos últimos anos, bem como áreas com supressão de vegetação nativa e edificações associadas a ocupação irregular recente, além de propriedades consolidadas cuja supressão de vegetação se deu anteriormente ao ordenamento jurídico incidente no bioma Mata Atlântica (*Ver Mapa 1 e Figura 1*).

3.3 Vegetação e Fauna

A vegetação é formada por Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas, especificamente Floresta Alta de Restinga, secundária, predominantemente em estágios médio e avançado de regeneração, próximas às formações de transição restinga-encosta situadas no início da serra do mar. Trata-se do Bioma Mata Atlântica, especialmente protegido pela Lei Federal Nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.

Apesar de não se ter conhecimento de dados primários quanto a levantamentos de fauna na área, as espécies animais que ali ocorrem refletem a distribuição geográfica, a biodiversidade e o endemismo característicos da mata atlântica do Sudeste, de modo que as alterações na vegetação se associam à diminuição da conectividade entre fragmentos florestais, que se reflete na fragmentação e perda de habitat para a fauna, com consequências na viabilidade das populações animais.

3.4 Hidrografia e Áreas de Preservação Permanente

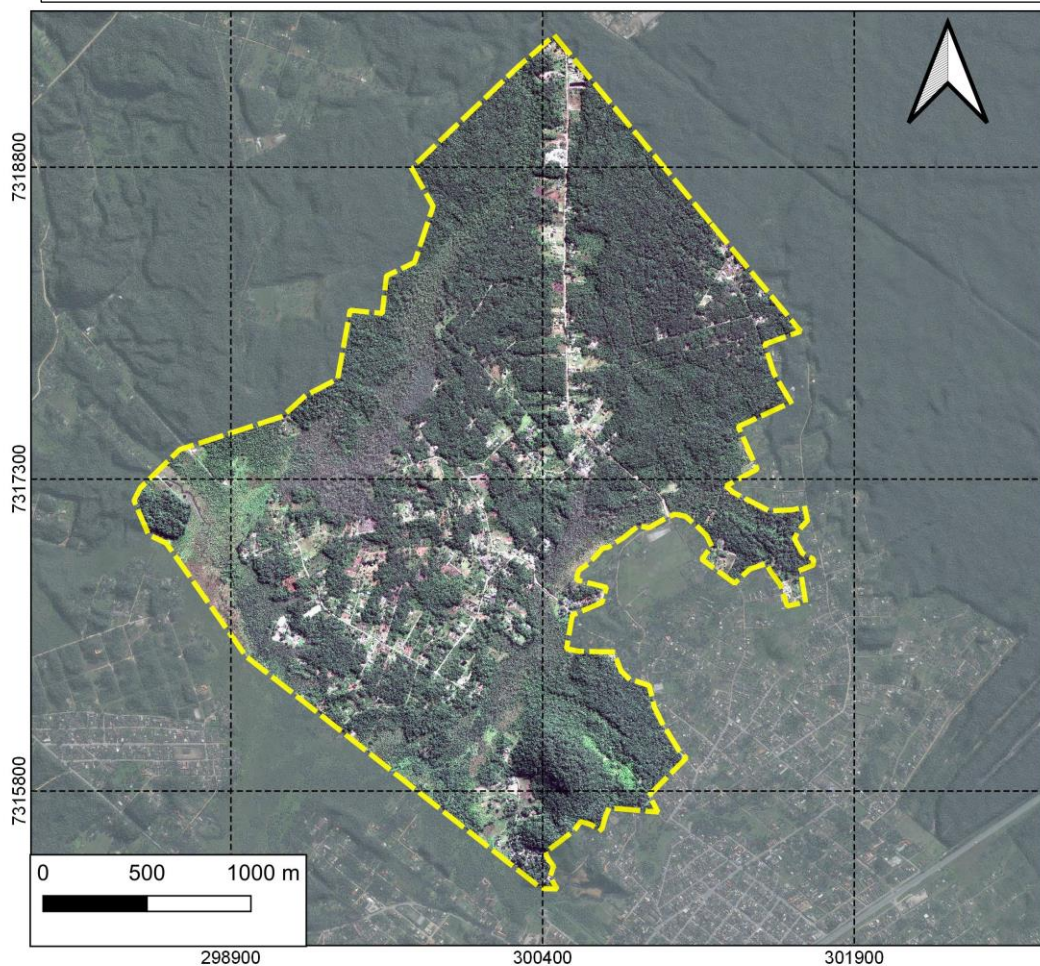
Estão presentes cursos d'água naturais e perenes (sub-bacia do Rio Preto), com consequente ocorrência de Áreas de Preservação Permanente (APPs) delimitadas conforme as disposições da Lei Federal Nº 12.651, de 25 de maio de 2012. As APPs correspondem a aproximadamente 15% da área de pressão (*Ver Mapa 3 – Hidrografia e Áreas de Preservação Permanente na Área de Pressão*).




PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruipe.fiscamb@gmail.com

Mapa 1 – Localização da Área de Pressão / “Área Judicializada”



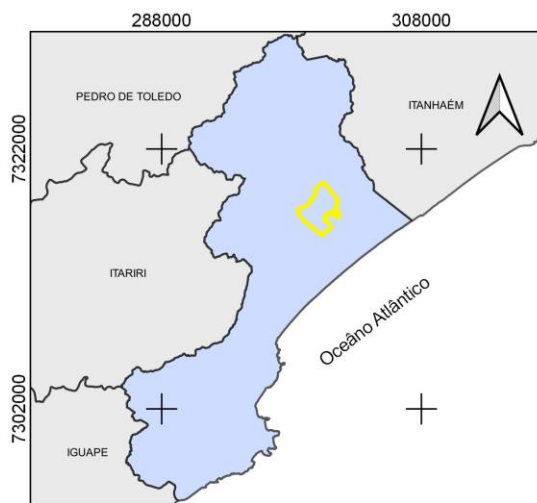
 Área de Pressão

Fonte de dados :

- Imagem de satélite : GeoEye, de 24/07/2019, fornecida pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA-SP) no âmbito do Projeto Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista (PDSLPI);
- Polígono da Área Judicializada: CM-Informação Técnica 163/2019 produzida pela SIMA-SP, Ação Civil Pública Cível-Flora (Processo Digital nº: 1003139-17.2019.8.26.0441);
- Limites Municipais: Serviço Geológico do Brasil - CPRM / IBGE

SIRGAS 2000 / UTM / 23S

Elaborado por: Thiago Malpighi (CRBio 079248/01-D, Matrícula 8628), Departamento de Meio Ambiente da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura da Prefeitura de Peruipe. Em: 11/02/2021.

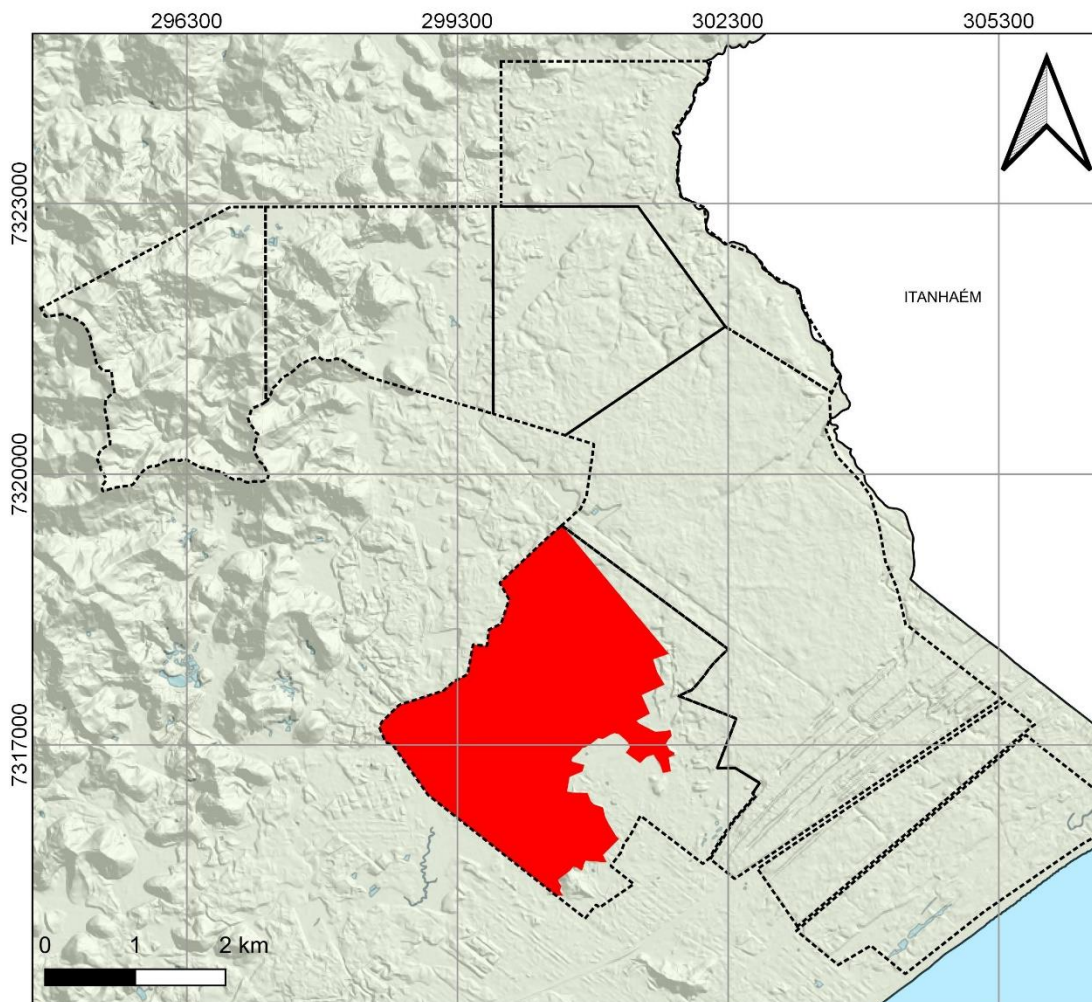




PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruibe.fiscamb@gmail.com

Mapa 2– Localização da Área de Pressão / Espólio Leão Novaes



- Área de Pressão (judicializada)
- Fazendas São João/São José

Fonte de dados:

- Área de pressão judicializada (CM-Informação Técnica nº163/2019, produzida pela SIMA-SP & Ação Civil Pública Cível - Flora - Processo Digital nº: 1003139-17.2019.8.26.0441);

- Planta do Imóvel Georreferenciado, Fazendas São João/São José, Espólio de Leão Benedito de Araújo Novaes (Responsável Técnico Aloísio Casimiro Misiunas - CREA 23.416 - ART 92221220111285793)
- fornecida pela inventariante Anna Paola Novaes Stinchi;

- Base Cartográfica: IBGE

- Relevo Sombreado: CPRM - Serviço Geológico do Brasil

SIRGAS 2000 / UTM / 23S

Elaborado por Thiago Malpighi, CRBio 079248/01-D, em 17/02/2021

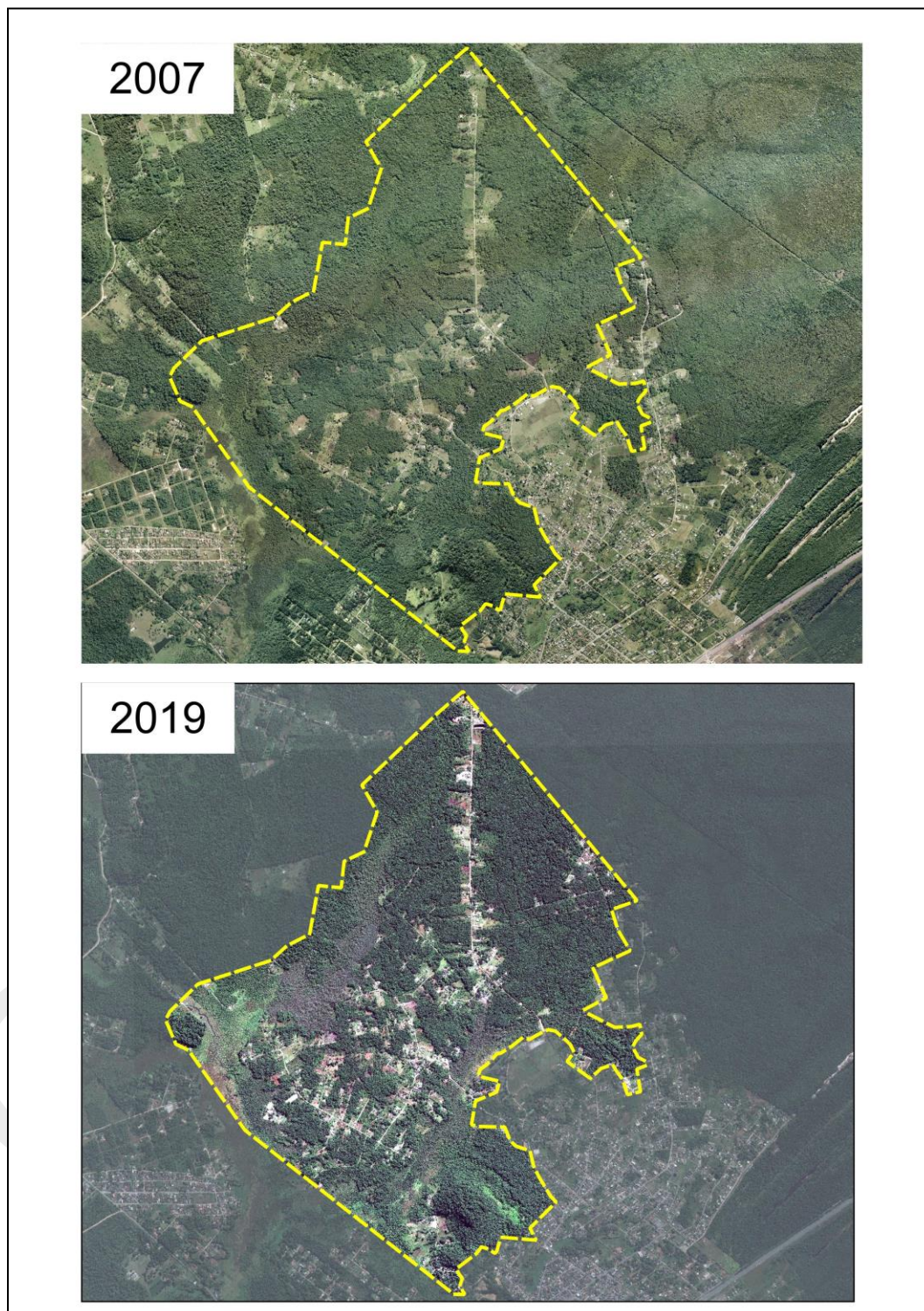




PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUÍBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruibe.fiscamb@gmail.com

Figura 1 – Alterações na Paisagem da Área de Pressão entre 2007 e 2019.



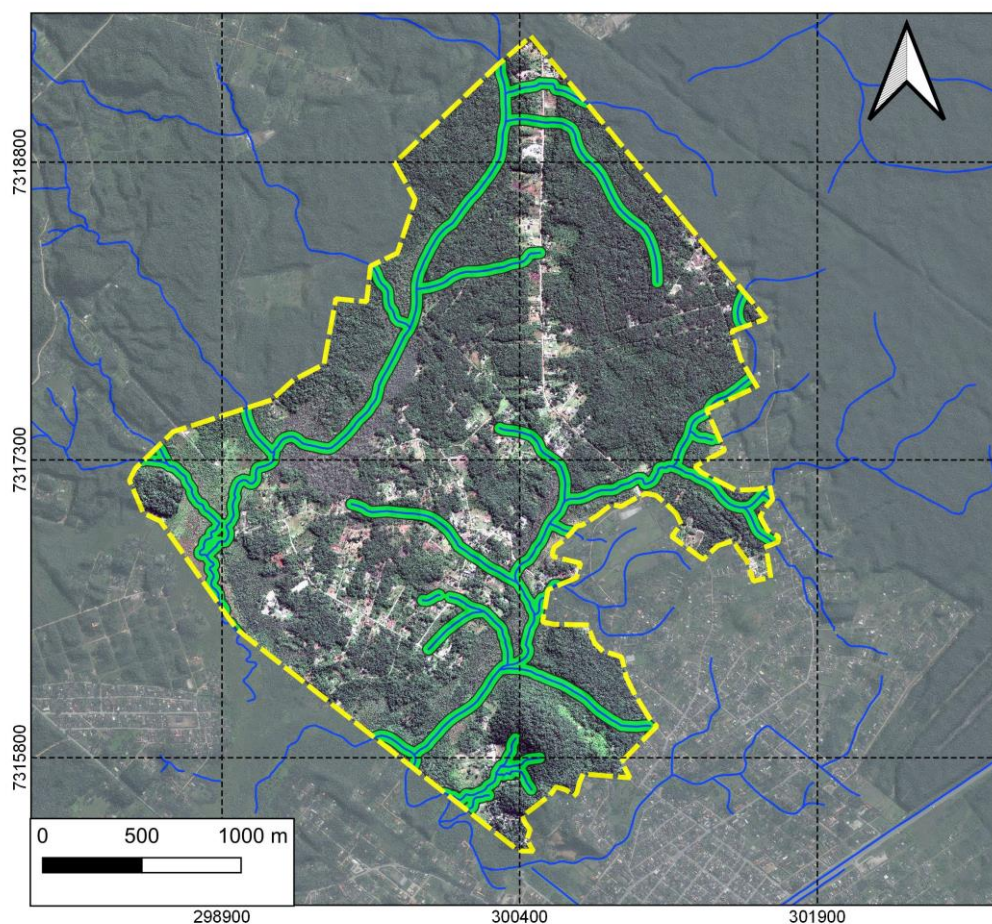
Fonte das Imagens: - 2007 (DataGEO) Ortofotos produzidas a partir de levantamento aerofotogramétrico do ano de 2007, da Região Metropolitana da Baixada Santista, Estado de São Paulo/Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU); - 2019 (Imagem de satélite, GeoEye, disponibilizada pela SIMA-SP).



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruibe.fiscamb@gmail.com

Mapa 3 – Hidrografia e Áreas de Preservação Permanente na Área de Pressão



Area de Pressao APP (30m)
Hidrografia

Fonte de dados :

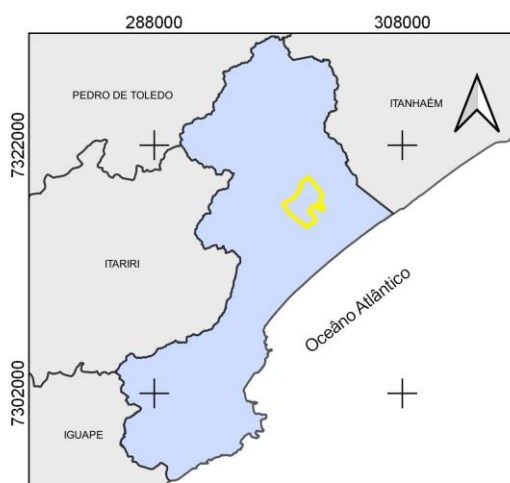
- Imagem de satélite : GeoEye, de 24/07/2019, fornecida pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA-SP) no âmbito do Projeto Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista (PDSLP);

- Polígono da Área Judicializada: CM-Informação Técnica 163/2019 produzida pela SIMA-SP, Ação Civil Pública Cível-Flora (Processo Digital nº: 1003139-17.2019.8.26.0441);

- Limites Municipais & Hidrografia: Serviço Geológico do Brasil - CPRM / IBGE

SIRGAS 2000 / UTM / 23S

Elaborado por: Thiago Malpighi (CRBio 079248/01-D, Matrícula 8628), Departamento de Meio Ambiente da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura da Prefeitura de Peruíbe. Em: 11/02/2021.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - perui-be.fiscamb@gmail.com

3.5 Relevo, Pedologia e Susceptibilidade

O relevo é predominantemente plano, formado por planícies e terraços fluviais e marinhos, com presença de morrotes com altitude máxima de 64m (ponto cotado).

A área é caracterizada pela ocorrência de espodossolos, presença de sedimentos marinhos e lagunares indiferenciados, incluindo areias marinhas litorâneas e argilas de manguezal. Existem locais que variam de média a alta susceptibilidade à inundação, não constitui área susceptível a enxurradas e, de modo geral, apresenta baixa susceptibilidade a movimentos de massa.

3.6 Unidades de Conservação e Terras Indígenas

A Área de Pressão não é abrangida por Unidades de Conservação (UC), mas está localizada em zona de amortecimento e próxima aos limites de Unidade de Proteção Integral (Parque Estadual da Serra do Mar), bem como adjacente à Terra Indígena (TI) Piaçaguera, demarcada e homologada, da etnia Guarani-Nhandeva. (*Ver Mapa 4 – Unidades de Conservação e Terras Indígenas*).

3.7 Macrozoneamento Municipal (vigente)

Considerando o macrozoneamento estabelecido pela Lei Complementar nº100, de 29 de março de 2007, a área de pressão é abrangida pelos seguintes componentes (*ver Mapa 5 – Macrozoneamento Municipal e a Área de Pressão*):

- Macrozona Rural de Desenvolvimento Agro-Ambiental;
- Macrozona de Recuperação Urbana;
- Zona Especial de Reserva Florestal Biológica;
- Setor Especial de Recuperação Ambiental;

Em ordem decrescente quanto às dimensões, a área de pressão é composta pela Macrozona Rural de Desenvolvimento Agro-Ambiental (65,508 %), Macrozona de Recuperação Urbana (17,787 %) e Zona Especial de Reserva Florestal Biológica (16,705 %). Quanto ao Setor Especial de Recuperação Ambiental, este se sobrepõe às categorias mencionadas e incide em 21,440 % da área para a qual há decisão judicial.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruipe.fiscamb@gmail.com

Vale notar que, a noroeste da área de pressão, numa distância de aproximadamente 1,6 km, está situado o Setor Especial de Amortecimento do PESM (*ver Mapa 5*) e a Macrozona de Proteção Ambiental.

Quanto às características da Macrozona Rural de Desenvolvimento Agro-Ambiental, aquelas que mais se ajustam à realidade do uso e ocupação do solo na área de pressão, são a falta de infraestrutura básica, existência de chácaras e sítios de recreio e a degradação de áreas de preservação permanente. Quanto a Macrozona de Recuperação Urbana, este componente do macrozoneamento compartilha com a realidade da área de pressão, especialmente, as seguintes características: degradação de áreas ambientalmente frágeis, crescimento populacional acelerado, concentração de ocupações irregulares e ausência de infraestrutura básica.

Ao considerar as características da Zona Especial de Reserva Florestal Biológica, é possível destacar para a área de pressão: presença de vegetação significativa, ocupação irregular, e área de relevante importância como corredor migratório de avifauna.

Características como áreas de várzea e restinga fragilizadas, áreas de preservação permanente degradadas e existência de ocupações em áreas ambientalmente frágeis, são realidades da área de pressão compartilhadas com o Setor Especial de Recuperação Ambiental.

3.8 Zoneamento Ecológico-Econômico

Considerando o Zoneamento Ecológico-Econômico da Baixada Santista (anexo do Decreto 58.996, de 25 de março de 2013) a área de pressão é abrangida pelas Z3T, Z4T e Z5TE (*Ver Mapa 6 – ZEE e a Área de Pressão*).

Em ordem decrescente quanto as dimensões, a área de pressão é composta pela Z5TE (53 %), Z3T (31 %) e Z4T (16 %). Por meio do Decreto 58.996/2013, ficaram estabelecidas as diretrizes para cada componente do ZEE.

Neste contexto, a Z5TE, que ocupa a maior parte do território da área de pressão, apresenta como diretrizes o incentivo à criação de áreas verdes, otimização da ocupação dos empreendimentos já aprovados; estímulo à ocupação dos vazios urbanos, garantindo a melhoria da qualidade ambiental; promoção da implantação de empreendimentos habitacionais de interesse social; conservação ou recuperação das áreas verdes, incluídas



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruipe.fiscamb@gmail.com

as áreas de preservação permanente e as áreas verdes de uso público. Porém, vale ressaltar a inexistência de empreendimentos aprovados, bem como de vazios urbanos na área de pressão.

A parte da área de pressão abrangida pela Z3T pode ser caracterizada pela presença de cobertura florestal, ocorrendo também ocupações humanas em baixa/média densidade e com características rurais, de modo que vale ressaltar as seguintes diretrizes para este componente do ZEE, estabelecidos no Decreto Estadual: manutenção da ocupação com características de baixo adensamento e/ou com uso rural diversificado, através de práticas que garantam a conservação do solo e das águas superficiais e subterrâneas; estímulo ao aumento da produtividade e à otimização das áreas agrícolas já cultivadas, cujos solos estejam aptos a esta finalidade, evitando novos desmatamentos; incentivo às práticas agropecuárias sustentáveis, que não gerem impactos à biota ou aos recursos naturais; estímulo à regularização fundiária; priorização, quando da averbação de reserva legal, da inclusão de áreas com vegetação nativa em estágio avançado de regeneração e recuperação da vegetação em áreas de preservação permanente.

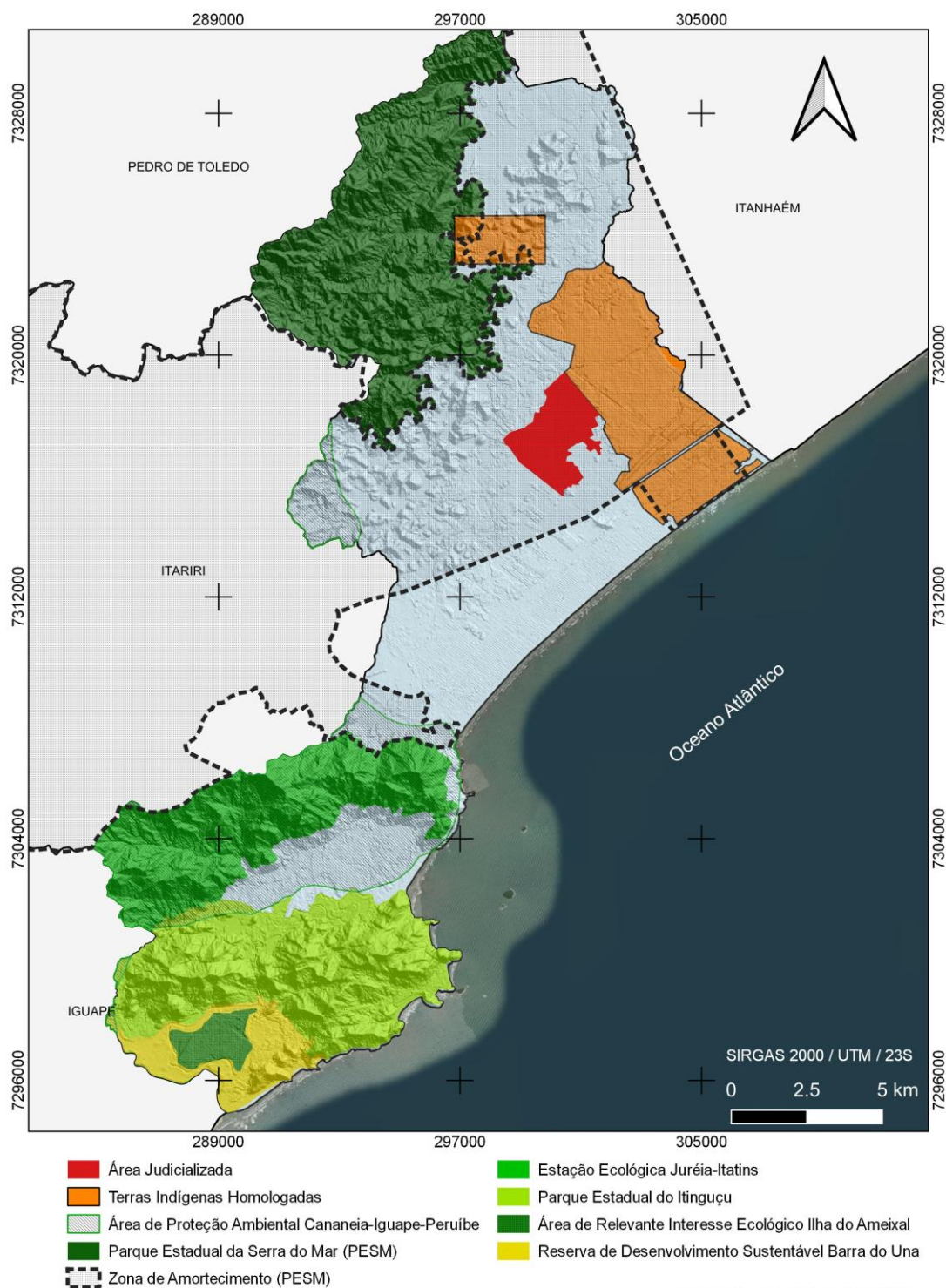
A Z4T é o componente do ZEE que ocupa o menor percentual da área de pressão, tendo sido caracterizado pelo Decreto Estadual como apresentando cobertura vegetal significativamente alterada, ecossistema primitivo significativamente modificado, assentamentos urbanos descontínuos e loteamentos aprovados mas ainda não ocupados ou parcialmente ocupados. Tal caracterização conduziu a elaboração de diretrizes no sentido do desenvolvimento urbano planejado e ordenamento urbano. Porém, a porção da área de pressão categorizada como Z4T não apresenta cobertura vegetal significativamente alterada, tampouco assentamentos urbanos ou loteamentos aprovados.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruipe.fiscamb@gmail.com

Mapa 4 – Unidades de Conservação e Terras Indígenas



Fonte de dados: Ministério do Meio Ambiente/ FUNAI/ Fundação Florestal / Limites Municipais (CPRM-Serviço Geológico do Brasil/ Plígono da área judicializada: Processo Digital nº: 1003139-17.2019.8.26.0441

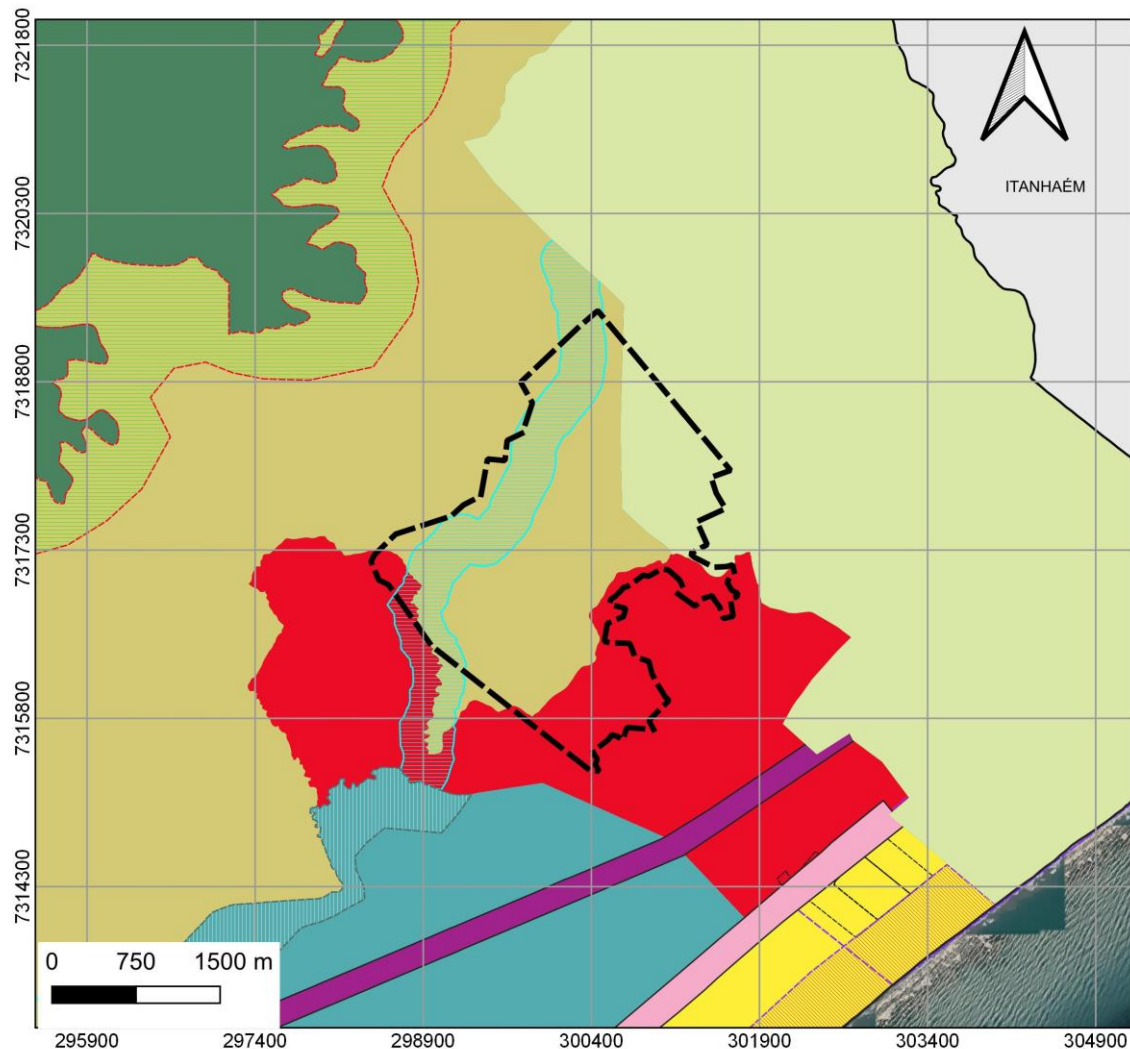
Elaborado por Thiago Malpighi,
CRBio 079248/01-D.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruibe.fiscamb@gmail.com

Mapa 5 – Macrozoneamento Municipal e a Área de Pressão



Área Judicializada	Setor Especial de Amortecimento do PESH
Macrozoneamento Vigente	Setor de Interesse Turístico
Zonas Especiais	Setor de Interesse Arqueológico
Zona Especial de Reserva Florestal Biológica	Setor de Interesse de Preservação da Paisagem Urbana
Corredores Especiais	Macrozonas
Corredor de Indústria, Comércio e Serviços	Macrozona de Proteção Ambiental
Corredor Marginal da Ferrovia	Macrozona Rural de Desenvolvimento Agro-Ambiental
Setores Especiais	Macrozona de Recuperação Urbana
Set_Esp_Parques	Macrozona de Expansão Urbana Ordenada
Setor Especial de Recuperação Ambiental	Macrozona Turística de Sol e Praia

SIRGAS 2000 / UTM / 23S

Elaborado por: Thiago Malpighi (CRBio 079248/01-D, Matrícula 8628), Departamento de Meio Ambiente da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura da Prefeitura de Peruíbe. Em: 11/02/2021.

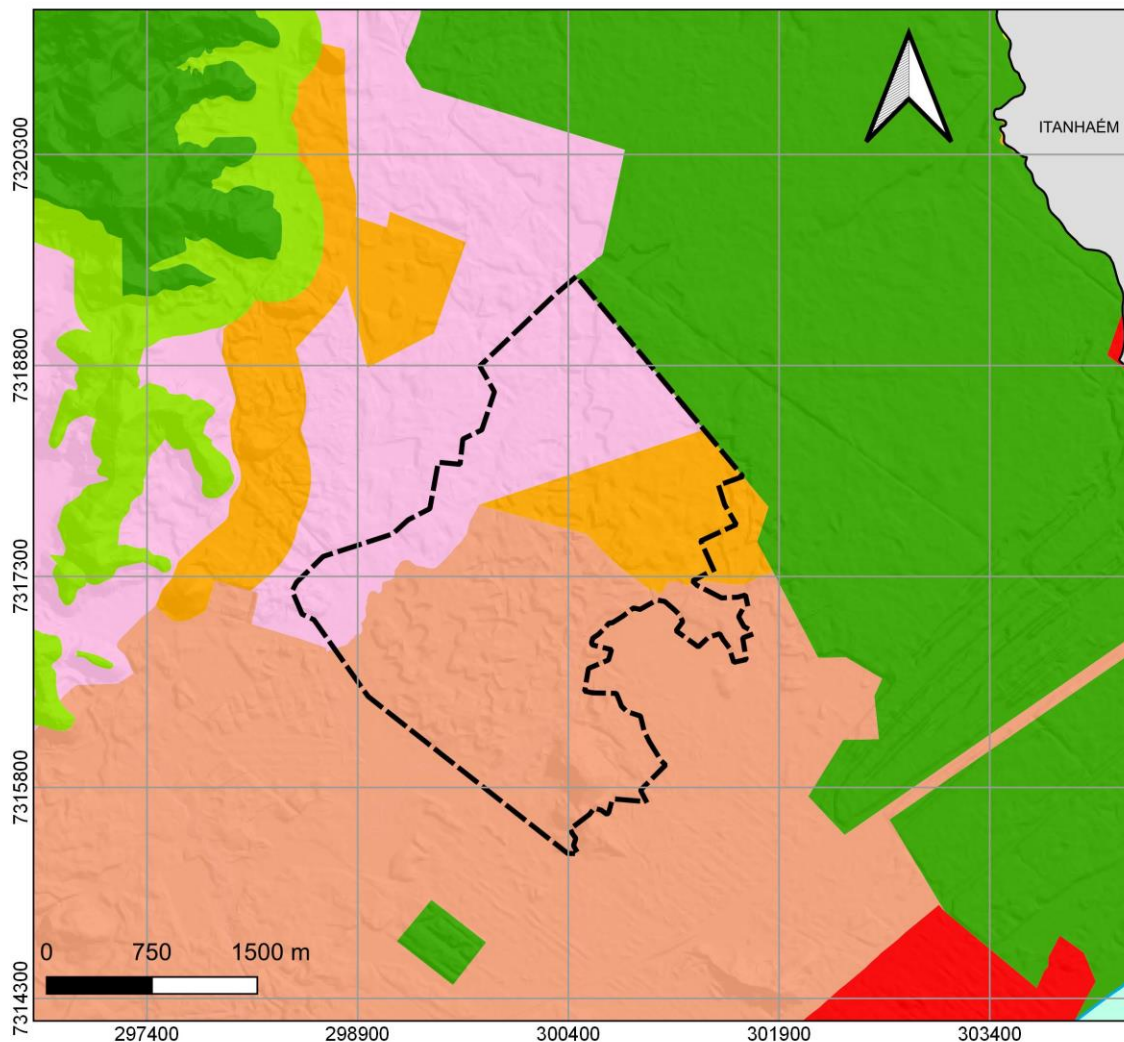
Fonte de dados: Polígono da Área Judicializada: CM-Informação Técnica 163/2019 produzida pela SIMA-SP, Ação Civil Pública Cível-Flora (Processo Digital nº: 1003139-17.2019.8.26.0441); Macrozoneamento vigente: Lei Complementar Nº 100/2007



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruipe.fiscamb@gmail.com

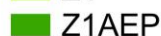
Mapa 6 – Zoneamento Ecológico-Econômico e a Área de Pressão



 Área Judicializada

ZEE Terrestre

 Z1

 Z1AEP

 Z2

 Z3

 Z4

 Z5

 Z5E

SIRGAS 2000 / UTM / 23S

Fonte de dados:

- Área Judicializada (Processo Digital nº:
1003139-17.2019.8.26.0441 / CM-Informação
Técnica 163/2019, produzida pela SIMA-SP;

- Zoneamento Ecológico Econômico: Decreto
Estadual nº 58.996, de 25 de março de 2013,
DataGEO, SIMA/CPLA/DPAE/CZA

Elaborado por Thiago Malpighi, CRBio 079248/01-D, em 12/02/2021

Na parte textual desta Informação Técnica foi adicionado a letra “T” após o número de cada zona do ZEE. Trata-se de indicação de zoneamento terrestre.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUÍBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruibe.fiscamb@gmail.com

3.9 Bens Tombados (Secretaria da Cultura / CONDEPHAAT)

O município de Peruíbe é abrangido pelo disposto na Resolução nº40, de 06 de junho de 1985 (Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo). Por meio desta resolução, ficou tombada a Serra do Mar e de Paranapiacaba no Estado de São Paulo, com parques, reservas e áreas de proteção ambiental, além de esporões, morros isolados, ilhas e rios de planícies litorâneas, configurados no mapeamento anexo à resolução mencionada.

Conforme consta na redação da resolução, o tombamento visou prioritariamente articular e consolidar as múltiplas iniciativas do poder público à época, por meio das quais estavam sendo criados parques, reservas e áreas protegidas.

Em Peruíbe, tais bens tombados correspondem atualmente aos limites do Parque Estadual da Serra do Mar e da Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruíbe, com a adição de alguns morros isolados e com cota altimétrica acima de 40m, situados na planície sedimentar, entre os limites do tombamento e da linha de costa. A área de pressão abrange uma dessas unidades de relevo com cota acima dos 40m (*ver Mapa 7 – Bens Tombados*).

Além do tombamento mencionado, há também em Peruíbe o monumento histórico Ruínas do Abarebebe, bem tombado por uma Resolução da Secretaria de Cultura em 11, de agosto de 1979. Entretanto, não abrangido pela área de pressão.

3.10 Constatações vinculadas à Fiscalização e Monitoramento Ambiental

Por meio da comparação de imagens de satélites por equipes da SIMA-SP, no âmbito do PDSLP e do Monitoramento Ambiental por Imagens de Satélites (MAIS), considerando o período de 17/07/2015 a 04/07/2019, foram identificados 88 eventos de supressão de vegetação nativa na área de pressão, totalizando aproximadamente 17 hectares.

A equipe estadual constatou, também, considerável avanço da ocupação na área, tendo sido identificadas 107 novas edificações no período de 24/07/2017 a 18/01/2019, bem como o surgimento de novos arruamentos. Edificações e arruamentos estes consolidados sem a anuência do poder público municipal e mediante ilícitos ambientais.

As constatações mencionadas acima encontram-se detalhadas na CM Informação Técnica 163/2019, produzida pelo Departamento de Fiscalização da Coordenadoria de Biodiversidade da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUÍBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruibe.fiscamb@gmail.com

Considerando os dados disponíveis no portal DataGEO do Sistema Ambiental Paulista, quanto aos Autos de Infração Ambiental (AIAs) lavrados pela Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo, nos anos 2019 e 2020, no município de Peruíbe, e considerando somente os enquadramentos quanto a degradação ambiental contra a flora, foram constatadas 60 ocorrências dentro dos limites da área de pressão.

Ao analisar a distribuição espacial dos AIAs (flora) lavrados em 2019 e 2020 no território municipal, por meio da estimativa de densidade Kernel, foi possível identificar 02 áreas que apresentam os maiores índices de agregação de pontos, ou seja, maior concentração de eventos/área. Como pôde ser verificado, uma delas corresponde ao loteamento Estância Balneária Garça Vermelha. A outra é a área de pressão para a qual há decisão judicial (*Ver Mapa 8 – Distribuição espacial e estimativa de densidade Kernel dos AIAs lavrados em Peruíbe em 2019 e 2020*).

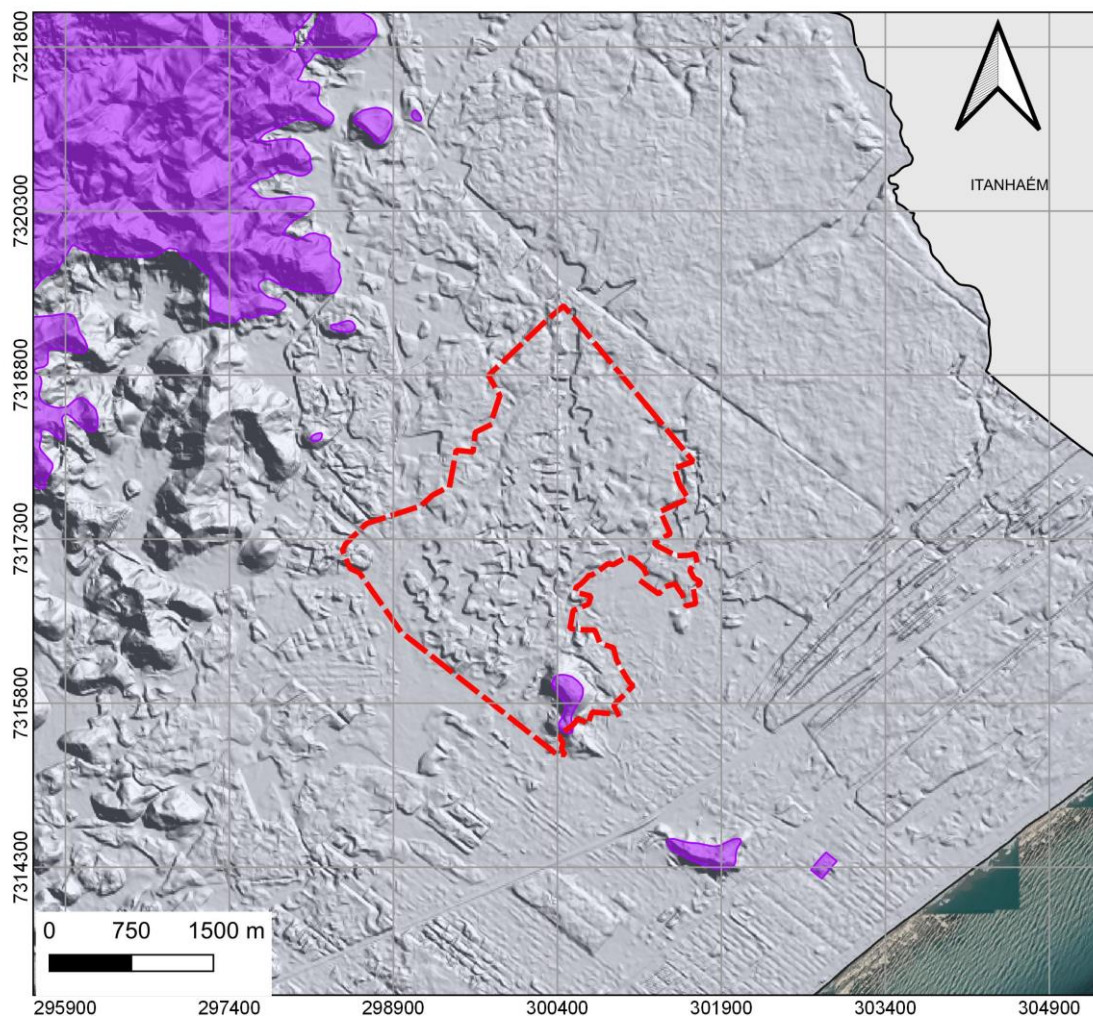
De modo similar, ao se analisar a distribuição espacial da perda de cobertura florestal entre 2001 e 2019 por meio de imagens Landsat (resolução espacial de 30m), foi possível constatar que, no território municipal, a área de pressão configura entre aquelas com os maiores índices de agregação obtidos por meio da estimativa de densidade Kernel (*Ver Mapa 9 – Estimativa da perda de cobertura florestal em Peruíbe entre 2001 e 2019 e Mapa 10 – Estimativa de densidade Kernel da perda de cobertura floresta em Peruíbe entre 2001 e 2019*).





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruibe.fiscamb@gmail.com

Mapa 7 – Bens Tombados



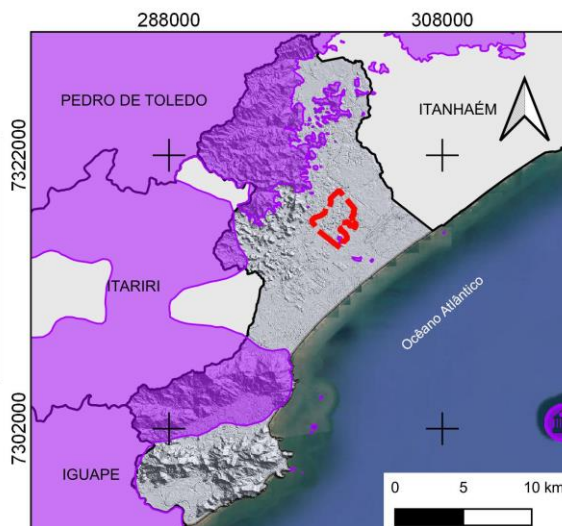
-  Área Judicializada
 Bens Tombados (Sec.Cultura/ CONDEPHAAT)

Fonte de dados :

- Modelo Digital de Elevação / Relevo Sombreado: Serviço Geológico do Brasil - CPRM;
- Polígono da Área Judicializada: CM-Informação Técnica 163/2019 produzida pela SIMA-SP, Ação Civil Pública Cível-Flora (Processo Digital nº: 1003139-17.2019.8.26.0441);
- Limites Municipais: Serviço Geológico do Brasil - CPRM / IBGE;
- Bens Tombados: Secretaria da Cultura/CONDEPHAAT - Resolução 40, de 06/06/1985. Serviço WMS: <http://dados.emplasa.sp.gov.br/geoserver/wms?tiled=true>

SIRGAS 2000 / UTM / 23S

Elaborado por: Thiago Malpighi (CRBio 079248/01-D, Matrícula 8628), Departamento de Meio Ambiente da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura da Prefeitura de Peruíbe. Em: 11/02/2021.

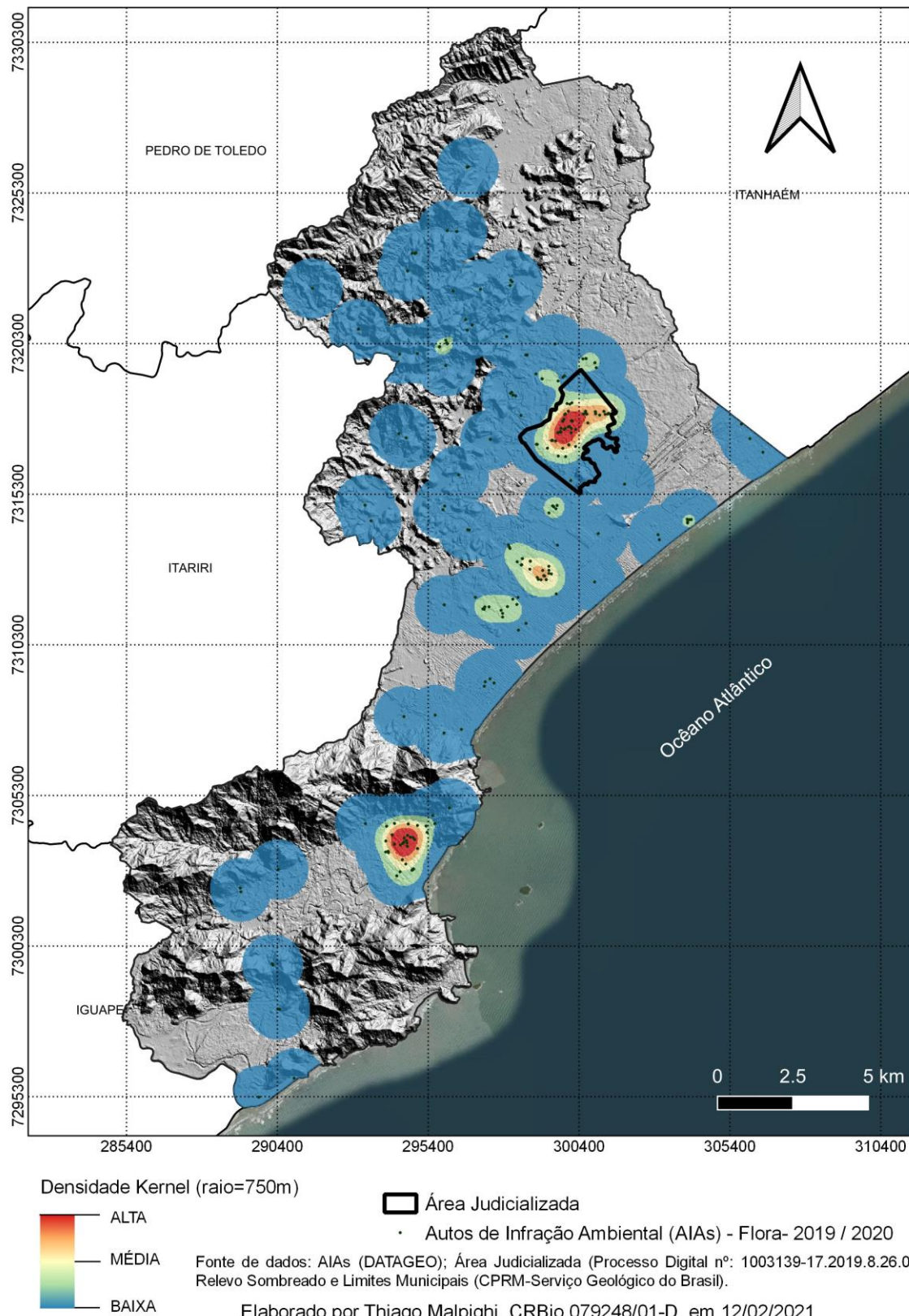




PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - perui-be.fiscamb@gmail.com

Mapa 8 – Distribuição espacial e estimativa de densidade Kernel dos AIAs lavrados em Peruíbe em 2019 e 2020.

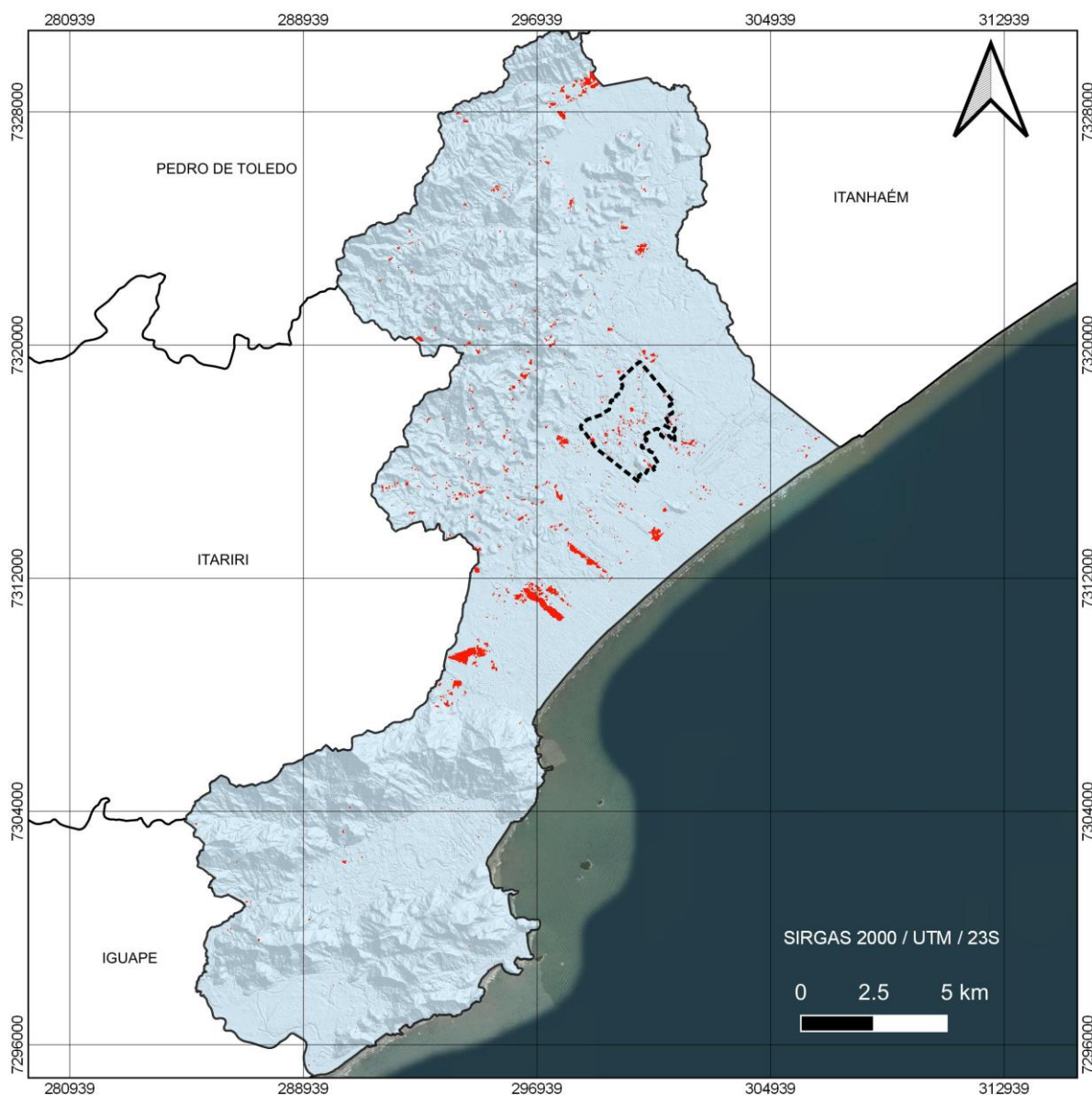




PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruipe.fiscamb@gmail.com

**Mapa 9 – Estimativa de perda de cobertura florestal em
Peruíbe entre 2001 e 2019.**



■ Perda de Cobertura Florestal (2001-2019)

□ Área Judicializada

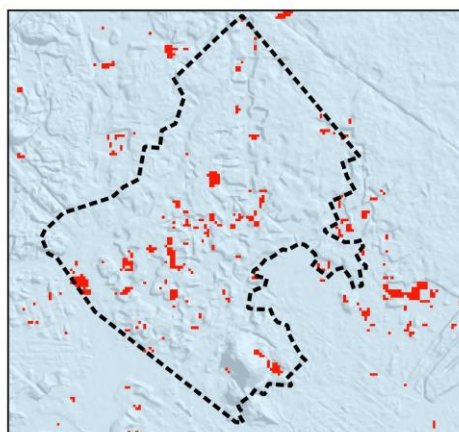
Fonte de dados:

- Raster da perda de cobertura florestal (Hansen/UMD/Google/USGS/NASA, accessed through Global Forest Watch). Hansen, M. C., P. V. Potapov, R. Moore, M. Hancher, S. A. Turubanova, A. Tyukavina, D. Thau, S. V. Stehman, S. J. Goetz, T. R. Loveland, A. Kommareddy, A. Egorov, L. Chini, C. O. Justice, and J. R. G. Townshend. 2013. "High-Resolution Global Maps of 21st-Century Forest Cover Change." Science 342 (15 November): 850–53. Data available on-line from: <http://earthenginepartners.appspot.com/science-2013-global-forest>. Accessed through Global Forest Watch on 12/02/2021. www.globalforestwatch.org;

- Área Judicializada: Processo Digital nº: 1003139-17.2019.8.26.0441;

- Relevo Sombreado & Limites Municipais: CPRM-Serviço Geológico do Brasil

Elaborado por Thiago Malpighi, CRBio 079248/01-D, em 12/02/2021

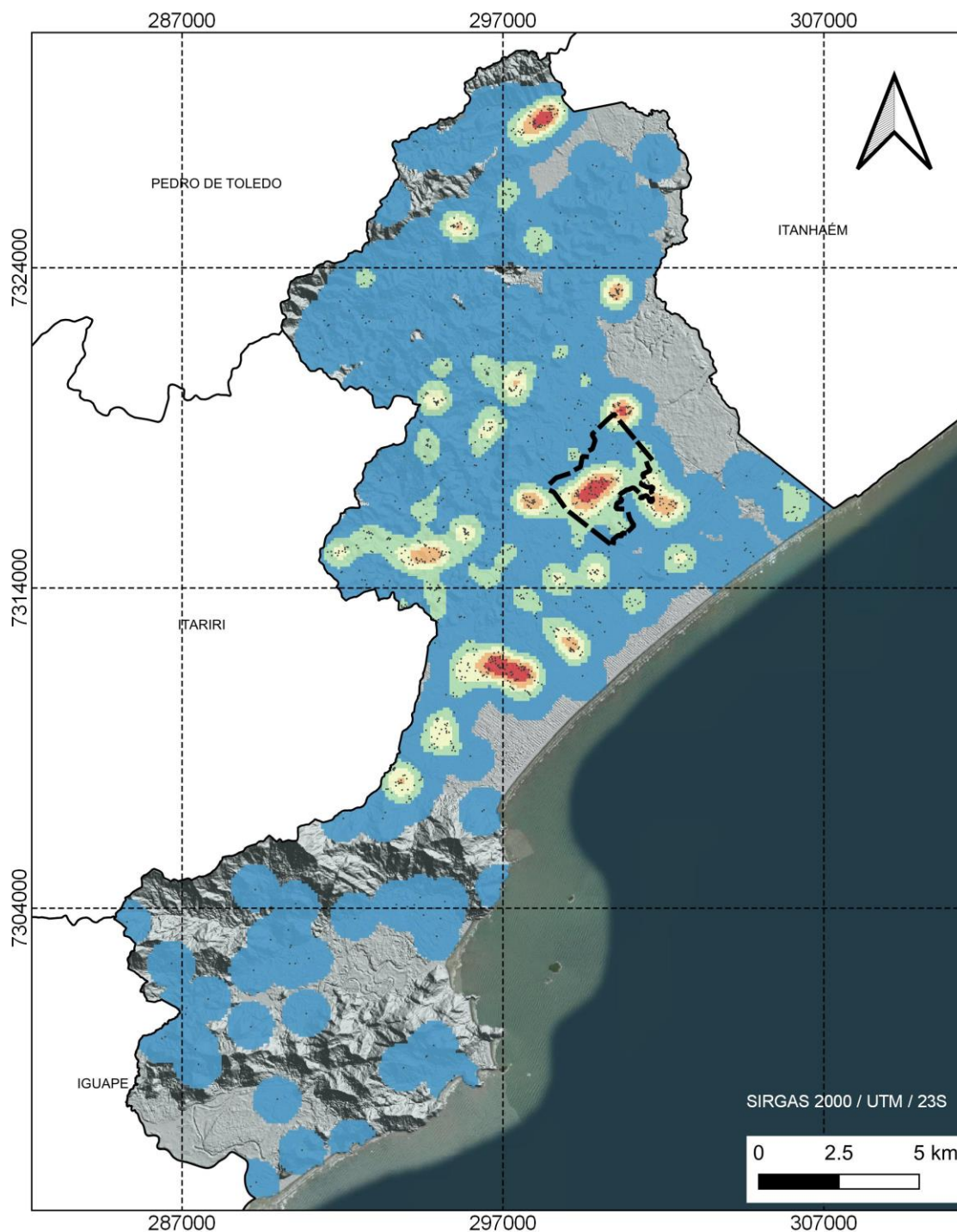




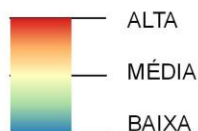
PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruipe.fiscamb@gmail.com

Mapa 10 – Estimativa de densidade Kernel da perda de cobertura florestal em Peruíbe entre 2001 e 2019.



Densidade Kernel (raio = 750m)



Area_de_Pressao

Os pontos representam os centróides dos polígonos obtidos a partir dos dados raster de perda de cobertura florestal cuja fonte é mencionada no mapa anterior

Elaborado por Thiago Mlapighi, CRBio 079248/01-D, em 16/02/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruibe.fiscamb@gmail.com

4. ANÁLISE DA MINUTA DE ALTERAÇÃO DO MACROZONEAMENTO

Nesta seção, é apresentada uma análise das alterações que constam na minuta de macrozoneamento disponibilizada pela prefeitura por meio seguinte link: <http://www.peruibe3.sp.gov.br/revisao-do-plano-diretor-2020/>

Optou-se por apresentar, separadamente, as considerações sobre as alterações na área de pressão e nas demais áreas do território municipal, de modo a facilitar a descrição e compreensão. As considerações sobre as alterações do perímetro urbano encontram-se na seção 5. *Análise das Alterações no Perímetro Urbano.*

4.1 Quanto à Área de Pressão

As principais alterações constatadas referem-se à expansão da Macrozona de Recuperação Urbana e consequente redução da Macrozona renomeada como Rural de Desenvolvimento Sustentável, que corresponde à Macrozona Rural de Desenvolvimento Agro-Ambiental vigente. Foi possível notar, também, que a Zona Especial de Reserva Florestal Biológica deixaria de incidir na área de pressão, em razão de ajustes no polígono desta categoria do macrozoneamento.

Assim, considerando a minuta do “mapa de zoneamento” disponibilizado pela Prefeitura de Peruíbe, a área de pressão para a qual há decisão judicial passaria a ser abrangida pelos componentes abaixo (*ver Mapa 11 – Área de Pressão de Minuta de Alteração do Macrozoneamento*).

- Macrozona Rural de Desenvolvimento Sustentável;
- Macrozona de Recuperação Urbana;
- Setor Especial de Recuperação Ambiental e Geotécnico;

Em ordem decrescente quanto às dimensões, a área de pressão passaria a ser composta pela Macrozona de Recuperação Urbana (73,299 %) e Macrozona Rural de Desenvolvimento Sustentável (23,701 %). O Setor Especial de Recuperação Ambiental e Geotécnico se sobrepõe às macrozonas mencionadas, e corresponde a 21,440 % do território da área de pressão.

É importante ressaltar que, atualmente, a área de pressão é composta em sua maior parte pela Macrozona Rural de Desenvolvimento Agro-Ambiental (65,508%) (*ver Mapa 5*).



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruipe.fiscamb@gmail.com

Considerando a minuta de alteração, A Macrozona de Recuperação Urbana passaria a compor quase a totalidade da Área de Pressão (73,299 %).

Outro ponto importante a ressaltar, é que a proposta de expansão da Macrozona de Recuperação Urbana implicaria na sobreposição parcial desta com o Setor Especial de Recuperação Ambiental e Geotécnico - Setor Especial de Recuperação Ambiental vigente (*Ver Mapa 11*).

Considerando a minuta de alteração da Lei que institui o Plano Diretor, verificou-se, na nova redação dada ao Art. 129 (V), que tal Setor Especial apresenta, dentre outras características, a existência de áreas de alta suscetibilidade a escorregamentos e inundações, o que exigiria **medidas de controle especial ou restrição à urbanização**.

4.2. Quanto às demais áreas do território municipal

Considerando o território municipal como um todo, as principais alterações constatadas foram a expansão da Macrozona de Recuperação Urbana, a criação da Macrozona Urbana de Desenvolvimento Sustentável, a expansão da Macrozona de Adequação Urbano-Ambiental e ajustes nos limites da Zona Especial de Reserva Florestal Biológica (*compare o Mapa 12 – Macrozoneamento Vigente e Mapa 13 – Minuta de Alteração do Macrozoneamento*).

No macrozoneamento vigente, a Macrozona de Recuperação Urbana corresponde a 1695,351 ha. Com a minuta de alteração, essa Macrozona teria a área aumentada para 2322,942 ha, ou seja, um aumento de 627,591 ha. Além da sobreposição parcial como o Setor Especial de Recuperação Ambiental e Geotécnico, haveria também sobreposição com o que hoje é o Setor Especial de Amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar.

A criação da Macrozona Urbana de Desenvolvimento Sustentável (686,457 ha) se dá em parte da atual Macrozona Rural de Desenvolvimento Agro-Ambiental, em zona de amortecimento do PESH. A criação deste componente, juntamente com a expansão da Macrozona de Recuperação Urbana, reflete na inevitável redução da “Macrozona Rural”, denominada na minuta de alteração como Macrozona Rural de Desenvolvimento Sustentável.

Outro componente do macrozoneamento que aumentaria em área considerando a minuta apresentada pela municipalidade, é a Macrozona de Adequação Urbano-Ambiental,



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUÍBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruibe.fiscamb@gmail.com

que atualmente conta com 914,023 ha do território municipal. Considerando a minuta apresentada, essa Macrozona passaria a abranger 1049,939 ha, ou seja, um aumento de 135,916 ha.

Neste ponto, é importante enfatizar que o aumento da Macrozona de Adequação Urbano-Ambiental se daria com a consequente redução da Macrozona de Amortecimento da Juréia.

Quanto aos ajustes nos limites da Zona Especial de Reserva Florestal Biológica, a análise efetuada permitiu constatar que existem diversas correspondências entre os limites propostos e o polígono da Z1AEP do Zoneamento Ecológico-Econômico, bem como com o polígono da Terra Indígena Homologada Piaçaguera. A alteração proposta, conforme a minuta disponibilizada pela municipalidade, implicaria na redução de 197,204 ha da Zona Especial de Reserva Florestal Biológica.

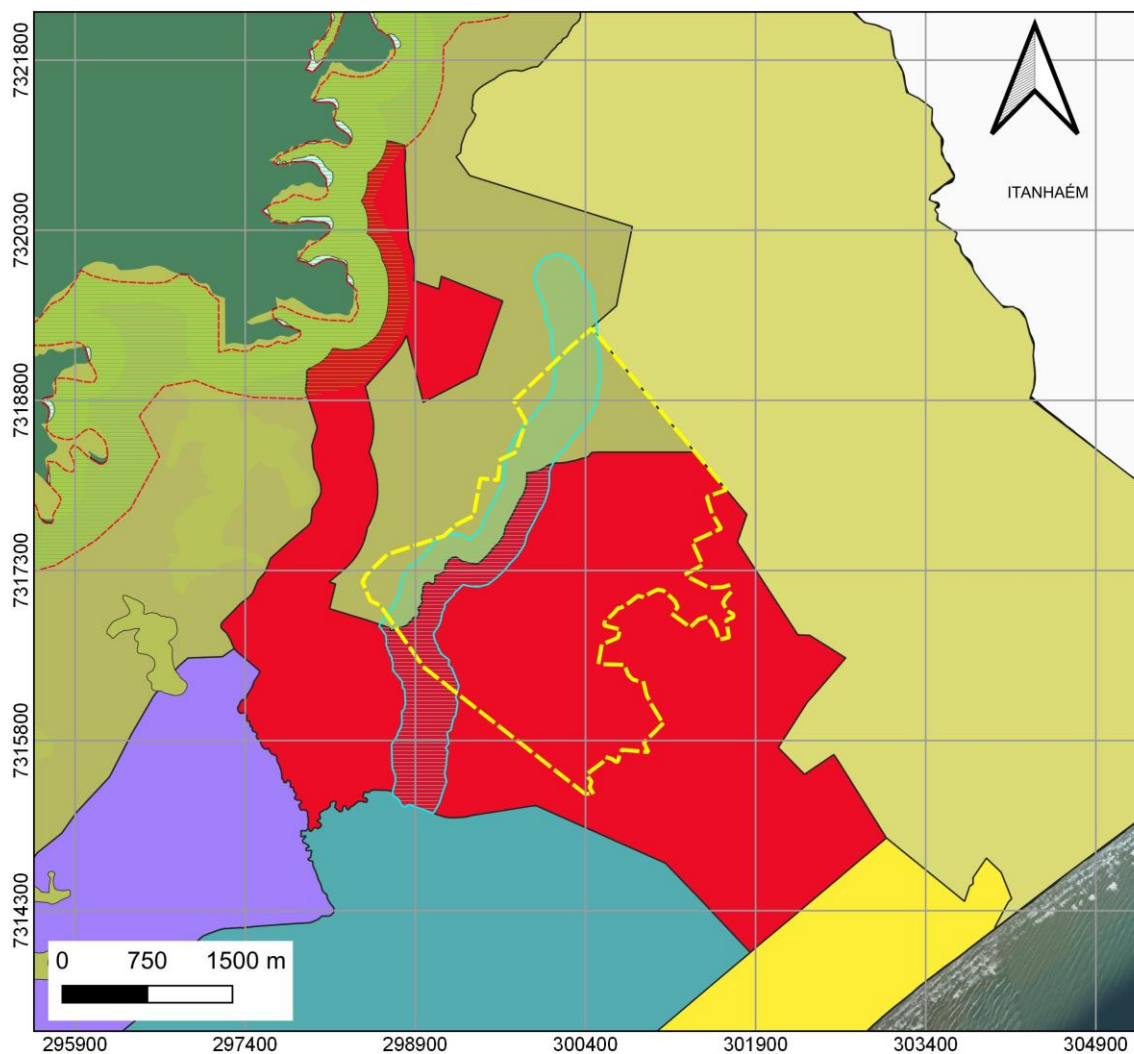
Além do exposto, conforme será abordado em seção posterior, o aumento da área da Macrozona de Recuperação Urbana e da Macrozona de Adequação Urbano-Ambiental, bem como a criação da Macrozona Urbana de Desenvolvimento Sustentável, implicariam no consequente aumento do perímetro urbano municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruibe.fiscamb@gmail.com

Mapa 11 – Área de Pressão e Minuta de alteração do Macrozoneamento.



Área de Pressão (judicializada)

Minuta Macrozoneamento

Zona Especial de Reserva Florestal e Biológica

Setor Especial de Recuperação Ambiental

Setor Especial de Amortecimento do PESM

Macrozona de Proteção Ambiental

Macrozona Rural de Desenvolvimento Sustentável

Macrozona de Recuperação Urbana

Macrozona Turística de Sol e Praia

Macrozona de Expansão Urbana Ordenada

Macrozona Urbana de Desenvolvimento Sustentável

SIRGAS 2000 / UTM / 23S

Elaborado por: Thiago Malpighi (CRBio 079248/01-D, Matrícula 8628), Departamento de Meio Ambiente da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura da Prefeitura de Peruíbe. Em: 11/02/2021.

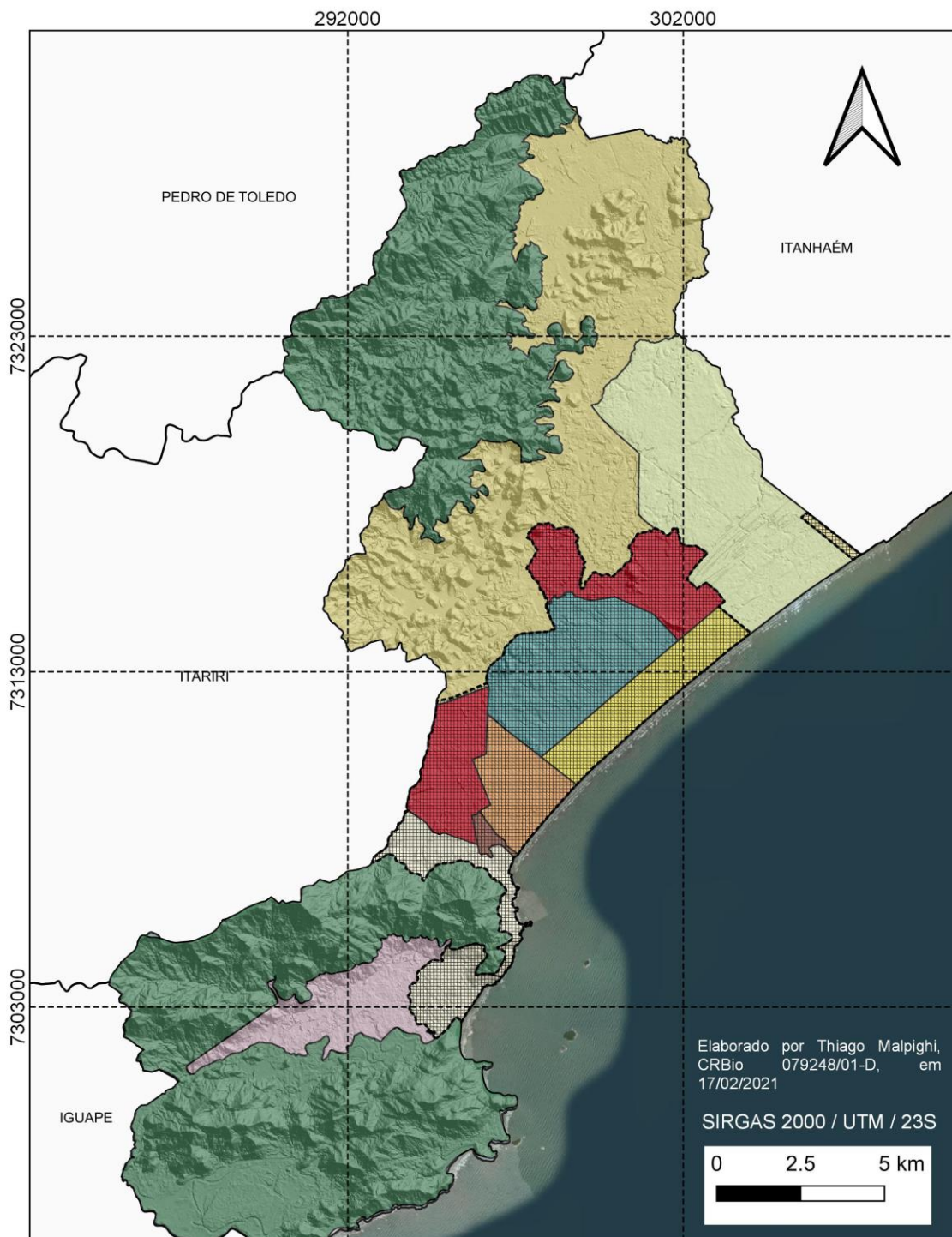
Fonte de dados: Minuta de Macrozoneamento disponibilizada na página da prefeitura. Foram utilizados dados vetoriais preliminares disponibilizados pela Secretaria de Planejamento.




PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruipe.fiscamb@gmail.com

Mapa 12 – Macrozoneamento Vigente





 Perímetro Urbano (vigente)

 Macrozona de Proteção Ambiental

 Macrozona Rural de Desenvolvimento Agro-Ambiental


 Macrozona de Amortecimento da Juréia

 Macrozona de Qualificação Urbana


 Macrozona Turística de Sol e Praia


 Macrozona de Expansão Urbana Ordenada

 Macrozona de Recuperação Urbana

 Macrozona de Adequação Urbano-Ambiental

 Zona Especial de Interesse Turístico da Estância Santa Cruz

 Zona Especial de Reserva Florestal Biológica

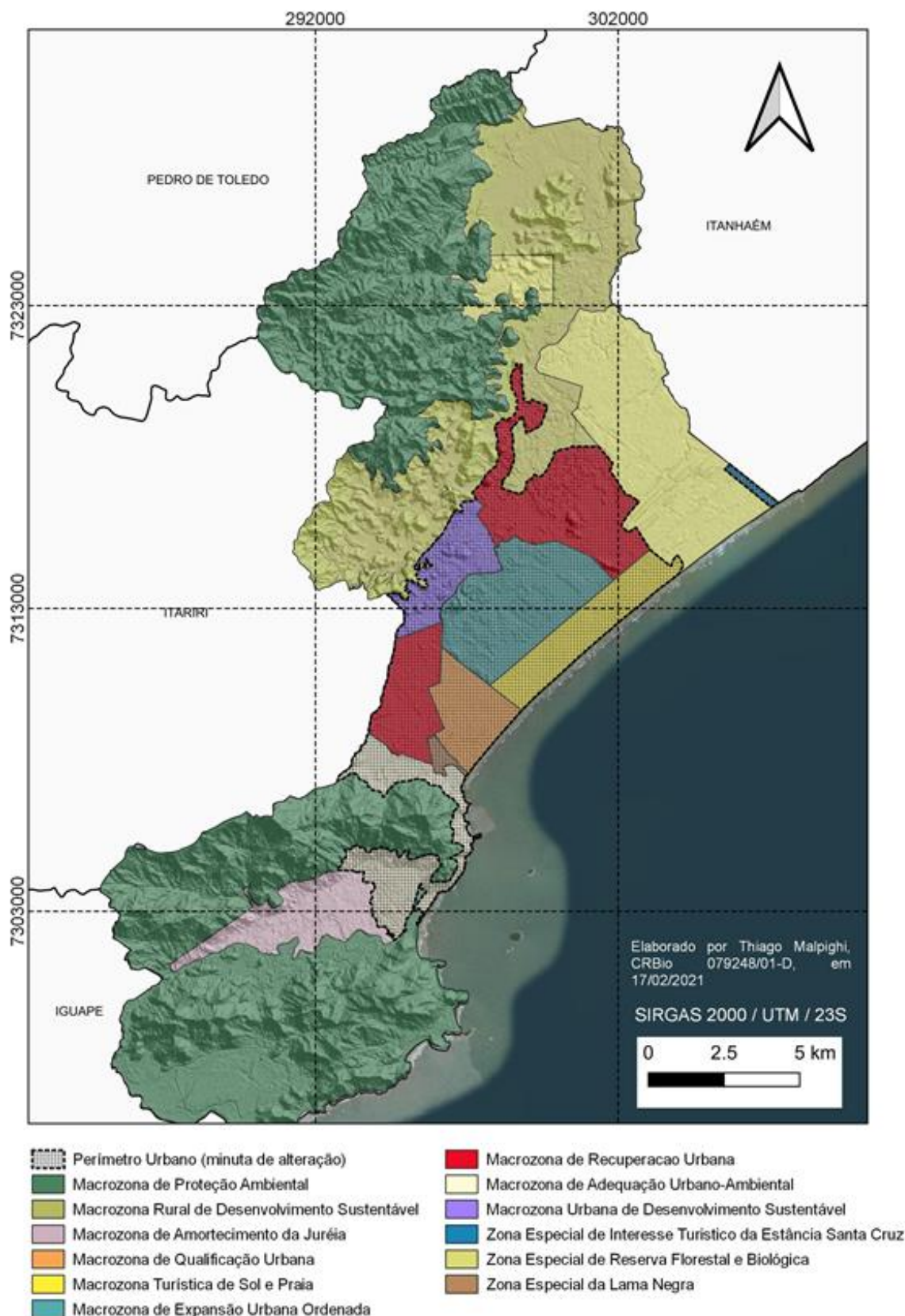
 Zona Especial da Lama Negra



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruipe.fiscamb@gmail.com

Mapa 13 – Minuta de Alteração do Macrozoneamento





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruipe.fiscamb@gmail.com

5. ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO URBANO

A Lei Complementar nº 100/2007, que institui o Plano Diretor, define o perímetro urbano (Art.92) pela composição dos limites da Macrozona de Recuperação Urbana, Macrozona de Qualificação Urbana, Macrozona de Expansão Urbana Ordenada, Macrozona Turística de Sol e Praia, Macrozona de Adequação Urbano-Ambiental, Zona Especial de Interesse Turístico da Estância Santa Cruz e Zona Especial da Lama Negra.

Neste contexto, o perímetro urbano apresenta 5711,325 ha e corresponde a cerca de 17,5 % do território municipal. Considerando a minuta de alteração apresentada, o perímetro urbano passaria a ser definido pelos limites da Macrozona de Recuperação Urbana, Macrozona de Qualificação Urbana, Macrozona de Expansão Urbana Ordenada, Macrozona Turística de Sol e Praia, Macrozona de Adequação Urbano-Ambiental, Zona Especial de Interesse Turístico da Estância Santa Cruz, Zona Especial da Lama Negra e Macrozona Urbana de Desenvolvimento Sustentável.

Ao compararmos as definições do perímetro urbano, é possível notar que os componentes do macrozoneamento que o definem são os mesmos, exceto pela adição da Macrozona Urbana de Desenvolvimento Sustentável. Entretanto, conforme apresentado anteriormente, o aumento da área da Macrozona de Recuperação Urbana e da Macrozona de Adequação Urbano-Ambiental, tal qual a criação da Macrozona Urbana de Desenvolvimento Sustentável, implicariam no consequente aumento do perímetro urbano municipal.

Por meio das alterações propostas, o perímetro urbano passaria a representar 7212,130 ha, ou seja, cerca de 22 % do território municipal, o que significaria um aumento de aproximadamente 1500 ha (*Ver Mapa 14 – Alterações no Perímetro Urbano*).

Uma questão importante a ser considerada, é que além de implicar na redução da Macrozona de Amortecimento da Juréia e da atual Macrozona Rural de Desenvolvimento Agro-Ambiental, as novas áreas que passariam a compor o perímetro urbano consistem em remanescentes importantes de Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas, especificamente Floresta Alta de Restinga, Bioma Mata Atlântica, especialmente protegido pela Lei Federal Nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.

Uma análise visual das imagens de satélite das novas áreas que passariam a compor o perímetro urbano, permite constatar que a paisagem é em grande parte composta por



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruipe.fiscamb@gmail.com

cobertura florestal, entremeada por áreas com influência antrópica, como arruamentos, áreas alteradas e ocupações humanas (*Ver Figura 2 – Aspecto Geral das novas áreas incluídas no perímetro urbano*).

Essa inferência é corroborada ao considerarmos os dados disponibilizados pelo Projeto MapBiomas – Coleção 5 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 16/02/2021, através do link: https://mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas-1?cama_set_language=pt-BR. Por meio da classificação dos dados raster para o território municipal, e sobreposição pelos polígonos gerados pela diferença entre o perímetro urbano vigente e o perímetro urbano estabelecido a partir da minuta de alteração do macrozoneamento, resta claro que a minuta de alteração do macrozoneamento expandiria a poligonal urbana de modo a abranger áreas com relevante ocorrência de cobertura florestal, considerando uma resolução espacial de 30m para o mapeamento efetuado (*Ver Mapa 15 – Novas Áreas Urbanas e o Uso e Cobertura da Terra*).

Outro aspecto a ser considerado, é que a expansão do perímetro urbano na porção em que este corresponde aos limites propostos para a Macrozona de Recuperação Urbana, implicaria no avanço deste para as proximidades dos Limites do Parque Estadual da Serra do Mar e Macrozona de Proteção Ambiental, bem como na sobreposição parcial do perímetro urbano com parte do território em que incide o Setor Especial de Amortecimento do PESM (*Ver Mapa 11*).

Conforme já discutido na seção 2 desta IT, a Prefeitura de Peruíbe é parte integrante e atuante no âmbito da Fiscalização Ambiental, juntamente com outras instituições, por meio de convênio firmado com o Governo do Estado (PDSP) e da execução do Plano de Monitoramento e Fiscalização Ambiental Integrada de Ocupações Irregulares estabelecido.

Atualmente, o município conta com 06 áreas incluídas no projeto conveniado: *Cajueiro, Guaraú, Manacá dos Itatins, Morro das Pannelas, Pérola Negra e entorno, e São João/Arpoador*.

Por meio do *Mapa 16* é possível verificar que, considerando o perímetro urbano vigente, temos somente o Morro das Pannelas situado integralmente na área rural. As áreas denominadas *Manacá dos Itatins, Pérola Negra e entorno e São João/Arpoador* encontram-se integralmente inseridas em perímetro urbano, e as áreas denominadas *Guaraú e Cajueiro* são parcialmente abrangidas pelo perímetro urbano.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruibe.fiscamb@gmail.com

Ao considerarmos as áreas incluídas no Plano de Monitoramento e Fiscalização Ambiental Integrada de Ocupações Irregulares, estabelecido no âmbito do PDSLP, verifica-se a ocorrência de 02 áreas afetadas pela alteração do perímetro urbano: a área denominada *Guaraú* e área denominada *Cajueiro*, especialmente a porção sul desta, que corresponde aos limites de parte da área de pressão (*Ver Mapas 16 e 17 – Áreas PDSLP e perímetro urbano*).

Dentre as áreas do PDSLP afetadas pela alteração do perímetro urbano municipal, a mais afetada seria a área denominada *Cajueiro* (compare os mapas 16 e 17). Neste contexto, deve ser observado que no 2º semestre de 2020, em conjunto com a SIMA-SP, foi realizada a atualização da caracterização dos perfis das áreas de Peruíbe que integram o projeto, como parte do Plano de Fiscalização. Consolidou-se que a área *Cajueiro* apresenta a seguintes indicadores: “Muito Alto” quanto ao Risco de Expansão da Ocupação, “Muito Alto” quanto ao Potencial de Expansão, “Alta” quanto a proximidade com Unidade de Conservação, “Muito Alta” quanto a proximidade com área protegida e “Alta” quanto a incompatibilidade territorial.

A área do PDSLP denominada *Cajueiro* contém a *área de pressão judicializada*, cujos limites de ambas correspondem na porção sul (*ver Mapas 16 e 17*). Assim, os indicadores estabelecidos para a área *Cajueiro* aplicam-se à *área de pressão judicializada*.

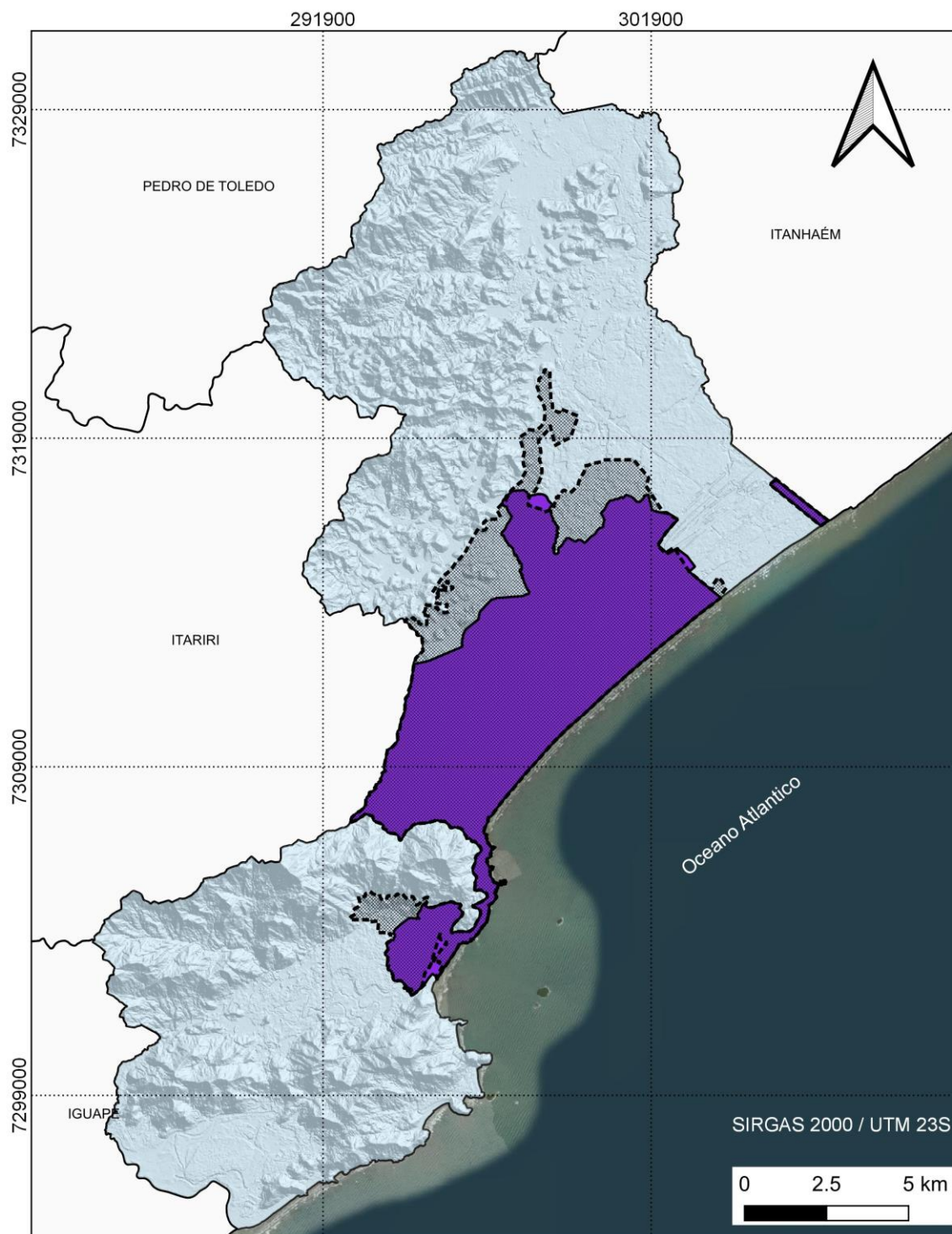
Quanto a Área de Pressão judicializada, atualmente é abrangida em 18% pelo perímetro urbano. Por meio da proposta de alteração do macrozoneamento, a área de pressão passaria a ser abrangida pelo perímetro urbano em 73% de seu território (*Ver Mapa 18 – Alterações no Perímetro Urbano e Área de Pressão*).



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruipe.fiscamb@gmail.com

Mapa 14 – Alterações no Perímetro Urbano



- Perímetro Urbano (vigente)
- Perímetro Urbano (minuta de alteração)

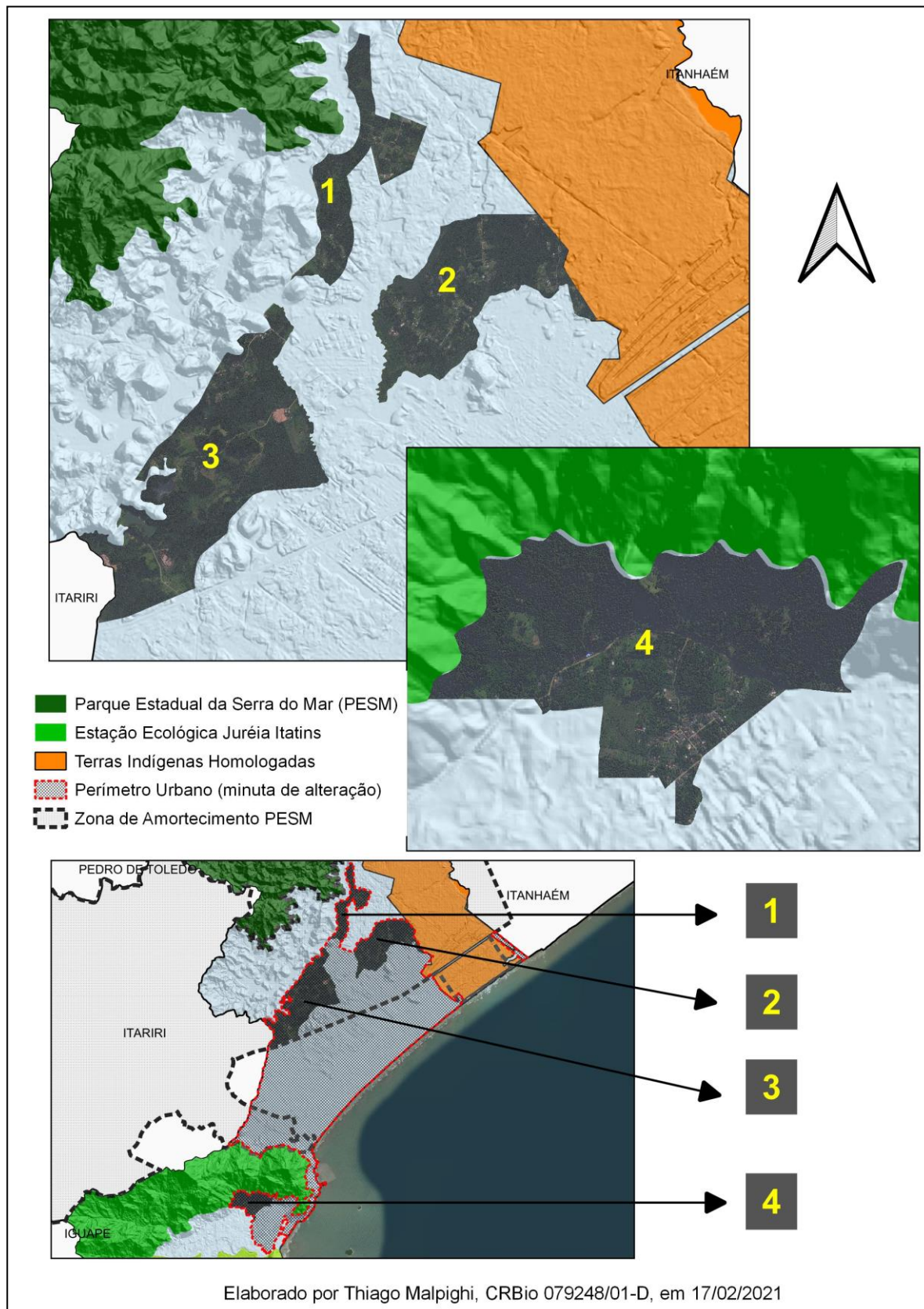
Fonte de dados: Perímetro urbano vigente (Lei Complementar nº 100/2007). A composição do perímetro urbano (minuta de alteração) foi vetorizada com base na nova redação proposta para o Art.92 do Plano Diretor conforme disponibilizado pela prefeitura.
Base Cartográfica: CPRM-Serviço Geológico do Brasil & IBGE.
Relevo Sombreado: CPRM-Serviço Geológico do Brasil.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruibe.fiscamb@gmail.com

Figura 2 – Aspecto geral das novas áreas incluídas no perímetro urbano



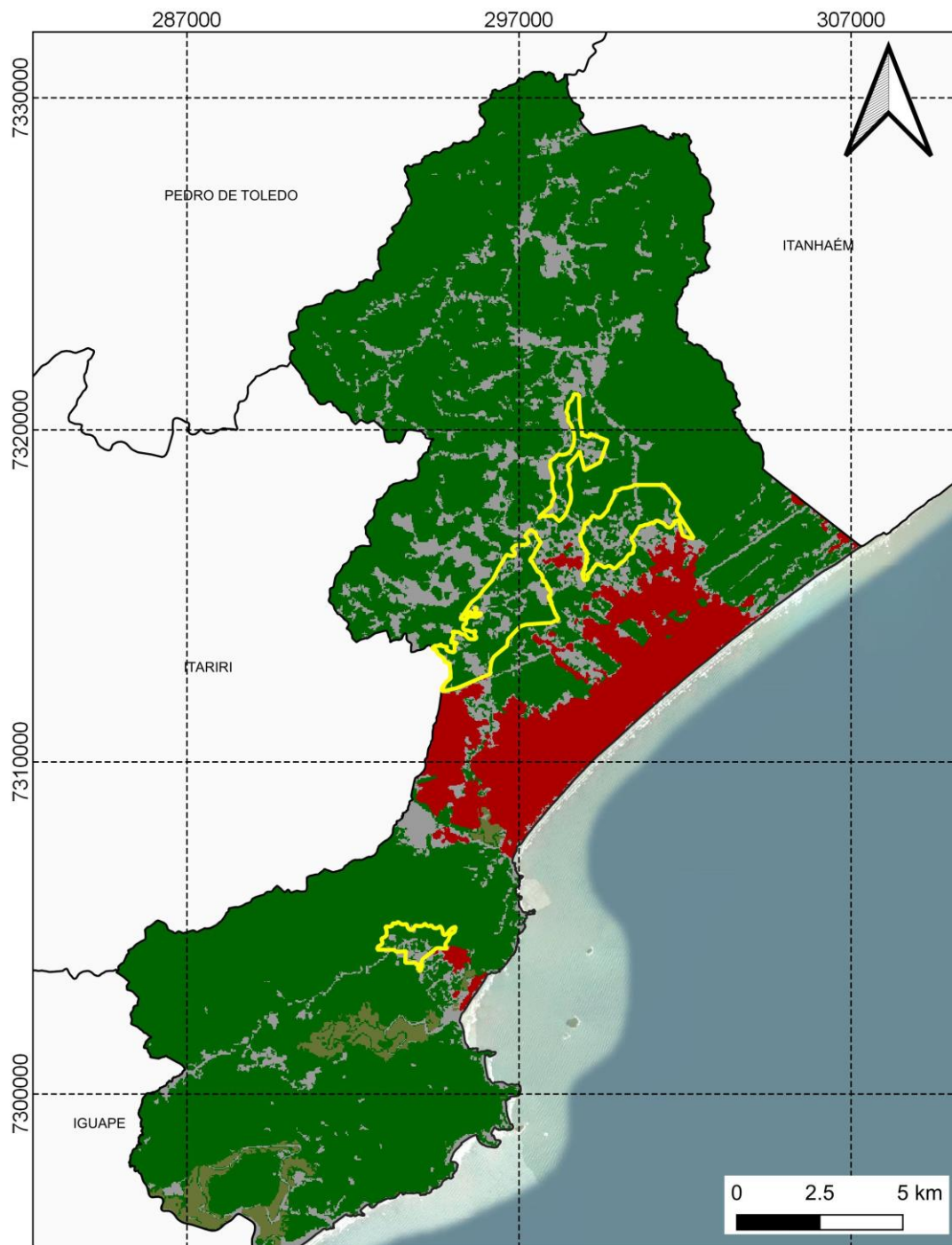
As novas áreas que passariam a compor o perímetro urbano foram obtidas por meio da diferença entre o perímetro urbano vigente e o perímetro urbano determinado com base na minuta de alteração do macrozoneamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruipe.fiscamb@gmail.com

Mapa 15 – Novas áreas Urbanas e o uso e cobertura da terra



Uso e Cobertura (MapBiomas-2019)

- Formação Florestal
- Infraestrutura Urbana
- Mangue
- Áreas Não Florestadas

 Novas Áreas Urbanas

SIRGAS 2000 / UTM / 23S

Fonte:
Projeto MapBiomas – Coleção 5 da Série
Anual de Mapas de Cobertura e Uso de
Solo do Brasil, acessado em 16/02/2021,
através do link: https://mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas-1?cama_set_language=pt-BR

Base Cartográfica: IBGE.

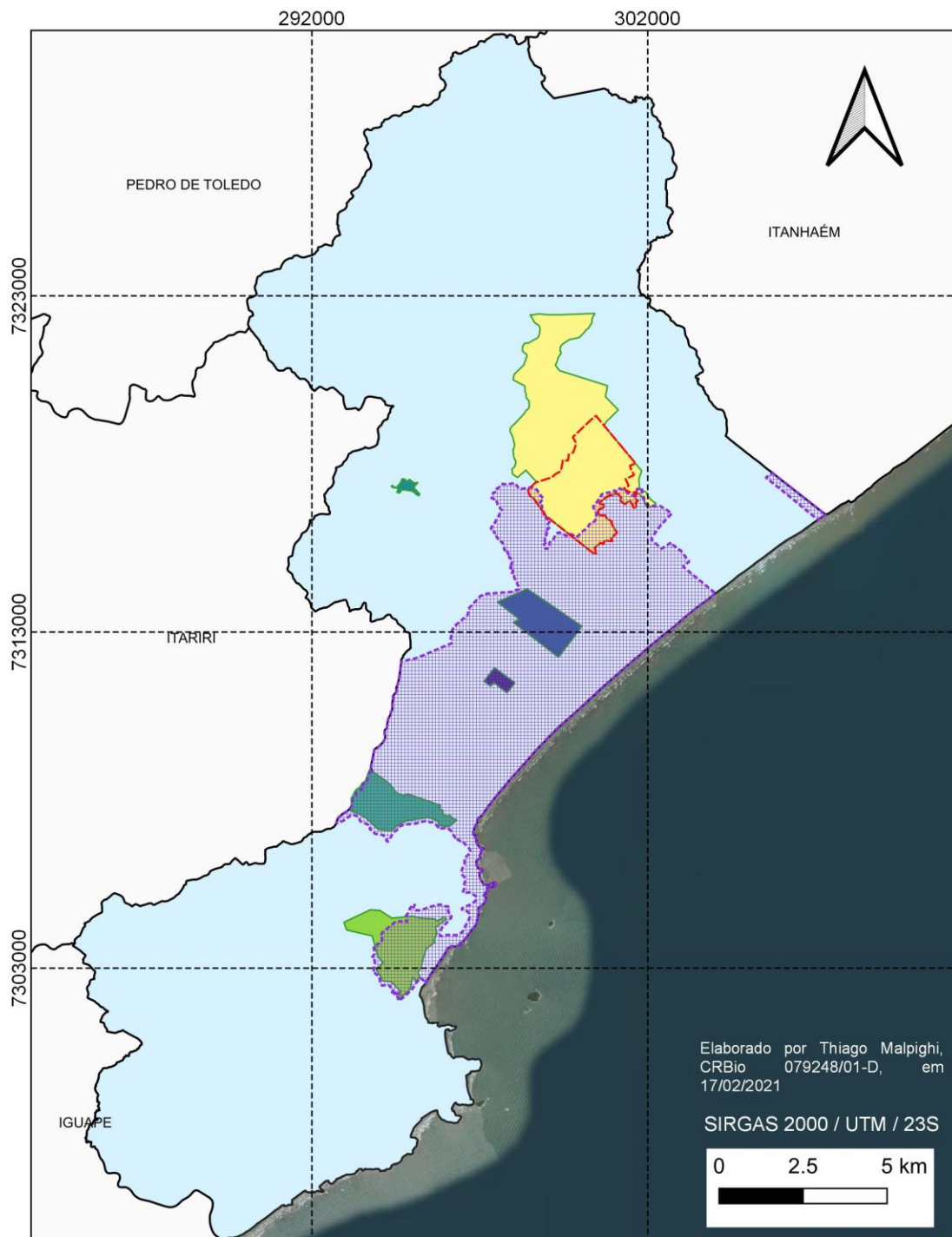
Elaborado por Thiago Malpighi, CRBio 079248/01-D, em 17/02/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruipe.fiscamb@gmail.com

Mapa 16 – Áreas do PDSLP e o perímetro urbano vigente



Áreas PDSLP

- Cajueiro
- Guaraú
- Manacá dos Itatins
- Morro das Pannelas
- Pérola Negra e Entorno
- São João Arpoador

- Área de Pressão (judicializada)
- Perímetro Urbano (vigente)

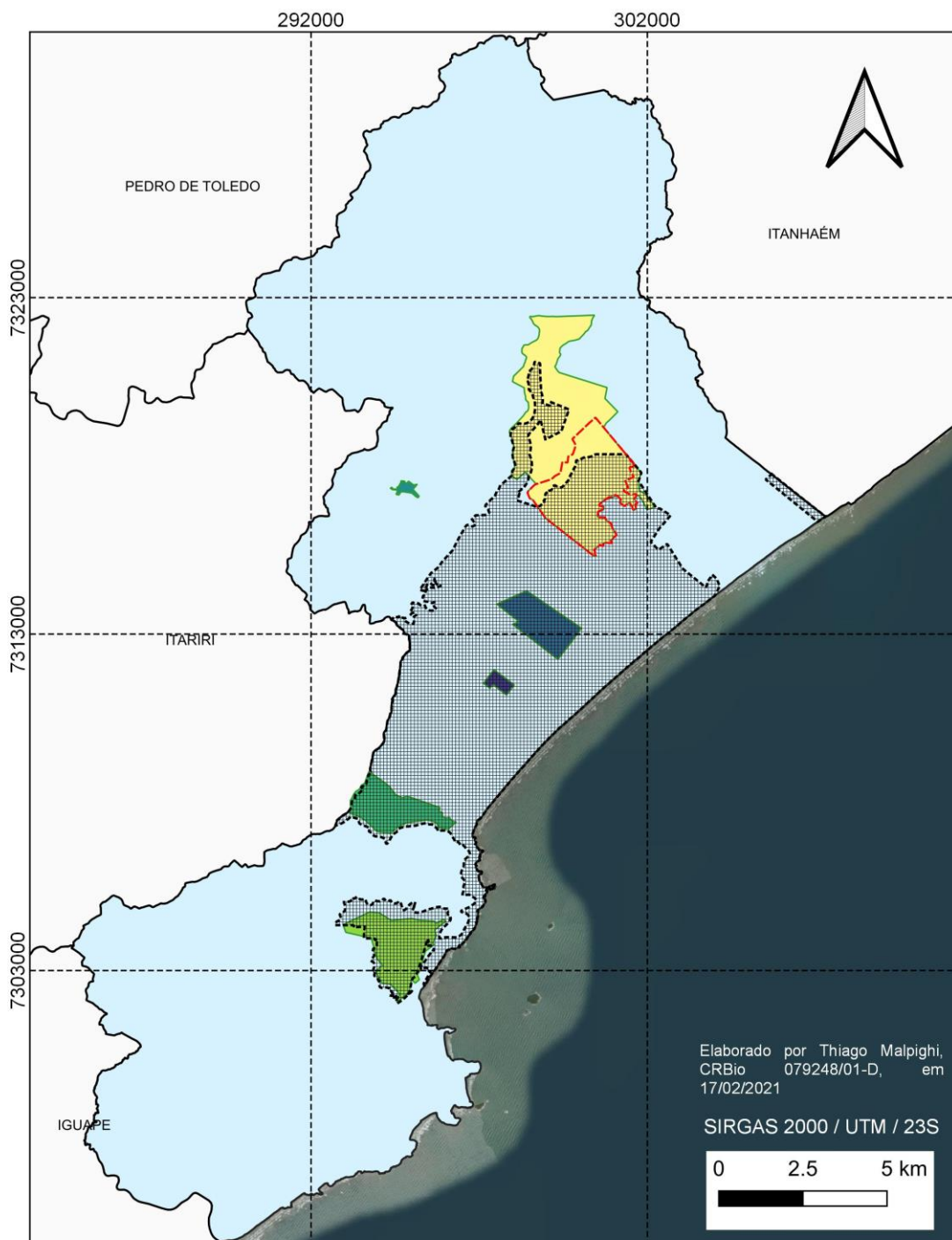
Fonte de dados: Áreas PDSLP (SIMA-SP), Área de Pressão (Processo Digital nº: 1003139-17.2019.8.26.0441), Base Cartográfica (IBGE), Relevo Sombreado (CPRM-Serviço Geológico do Brasil)



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - perui-be.fiscamb@gmail.com

Mapa 17 – Áreas PDSLP e o perímetro urbano conforme minuta de alteração do macrozoneamento.



Áreas PDSLP

- Cajueiro
- Guaraú
- Manacá dos Itatins
- Morro das Panelas
- Pérola Negra e Entorno
- São João Arpoador

Área de Pressão (judicializada)

Perímetro Urbano (minuta de alteração)

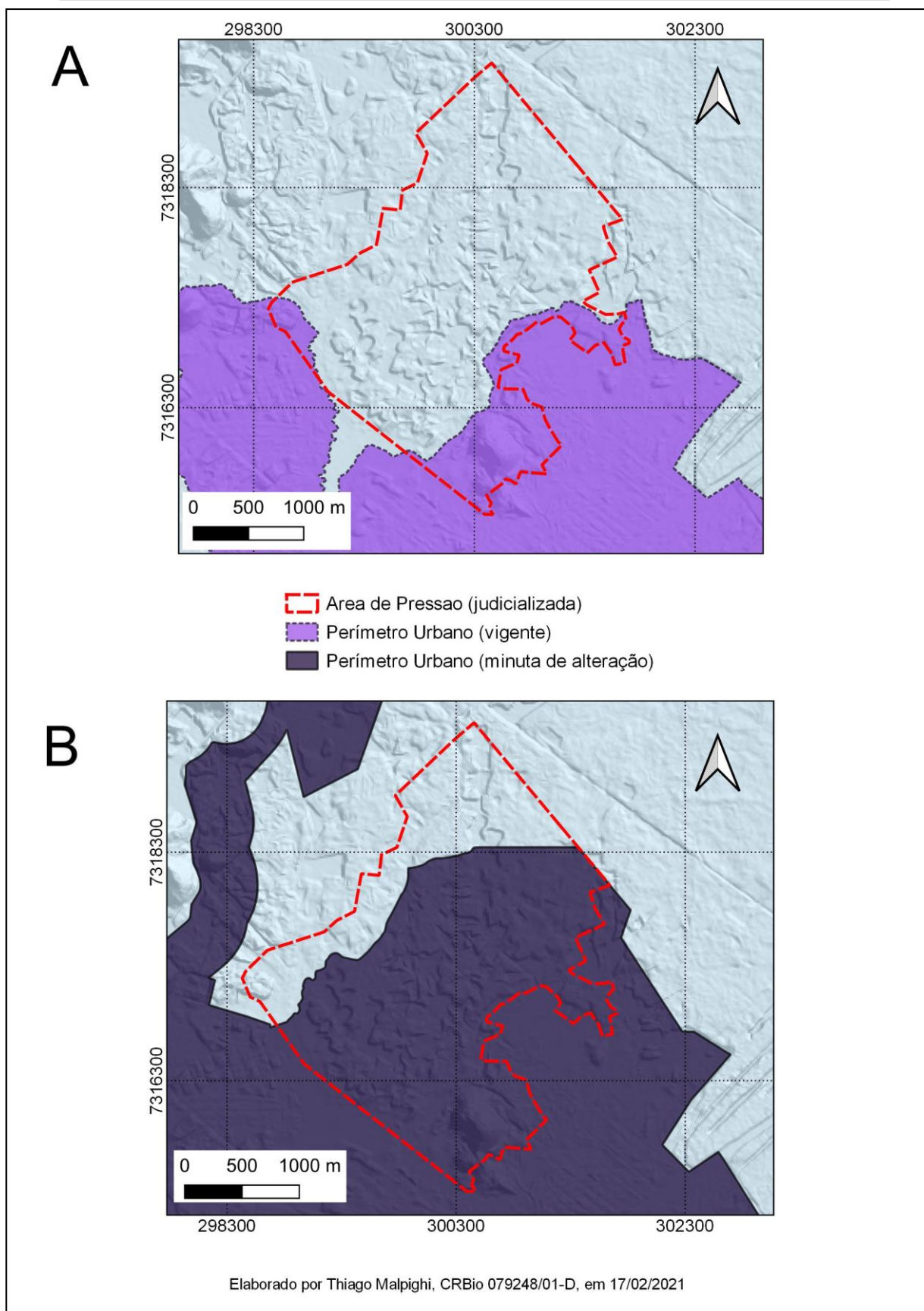
Fonte de dados: Áreas PDSLP (SIMA-SP), Área de Pressão (Processo Digital nº: 1003139-17.2019.8.26.0441), Base Cartográfica (IBGE), Relevo Sombreado (CPRM-Serviço Geológico do Brasil)



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruipe.fiscamb@gmail.com

Mapa 18– Área de Pressão e Alterações no Perímetro Urbano





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUÍBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruibe.fiscamb@gmail.com

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Diante do histórico da área de pressão apresentado, resta claro que foram empreendidas diversas ações coordenadas por órgãos públicos das esferas estadual e municipal na tentativa de conter e coibir os ilícitos ambientais, a degradação ambiental e a expansão das ocupações irregulares, culminando na decisão judicial em Ação Civil Pública. Estes fatos refletem os diversos vetores de pressão, o potencial e risco de expansão das ocupações irregulares, assim como a relevância ambiental da área;
2. Por meio da caracterização ambiental da área de pressão, demonstrou-se que esta apresenta considerável presença áreas de preservação permanente e de formações florestais do bioma Mata Atlântica, um dos mais ameaçados do planeta, especialmente protegido por lei federal. Foi, também, possível identificar a localização estratégica que a área apresenta ao adotar uma perspectiva de conservação da biodiversidade, à medida que ocupa na planície costeira uma área importante para a manutenção da conectividade entre os fragmentos florestais existentes da terra indígena e no parque estadual da serra do mar, contribuindo, assim, para a manutenção da qualidade ambiental e viabilidade das populações animais e vegetais características do bioma;
3. Ao caracterizar a área por meio dos instrumentos de ordenamento e planejamento territorial incidentes (macrozoneamento municipal e ZEE), notou-se que as categorias que incidem no território da área de pressão permitem inferir a relevância dos atributos biológicos e a vulnerabilidade ambiental, com diretrizes estabelecidas no sentido de melhoria da qualidade ambiental, conservação e recuperação dos ecossistemas;
4. Quanto aos Bens Tombados pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo /CONDEPHAAT, foi possível demonstrar que estes ocorrem no território municipal e correspondem aos limites do Parque Estadual da Serra do Mar e da Área de Proteção



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUÍBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruibe.fiscamb@gmail.com

Ambiental Cananéia-Iguape-Peruíbe, com exceção de alguns morros/morrotes isolados dentre os quais a área de pressão abrange uma dessas unidades de relevo;

5. Pela observação dos produtos cartográficos que integram a presente informação técnica, nota-se que os bens tombados não seriam diretamente afetados pela minuta de alteração do macrozoneamento. Os bens tombados no município de Peruíbe já estão abrangidos pelo perímetro urbano (como é o caso Ruínas do Abarebebe e da unidade de relevo existente na área de pressão), por limites de unidades de conservação ou estão inseridos em porções do território nas quais não foram constatadas alterações no macrozoneamento (como é o caso dos bens tombados que correspondem aos limites do PESH e APA-CIP);
6. Os dados analisados referentes aos temas fiscalização e monitoramento ambiental, permitiram identificar a área de pressão como uma das que apresenta a maior concentração dos eventos associados à degradação ambiental por intervenções na flora. É razoável inferir que tais eventos estão vinculados à expansão da ocupação irregular no território constatada ao longo do tempo;
7. As alterações na cobertura florestal ocorridas na área de pressão, bem como aquelas que poderão ocorrer caso haja condições favoráveis para tal, se associam com impactos na viabilidade das populações da fauna silvestre nativa, na medida em que significam perda de conectividade entre fragmentos, bem como a fragmentação e perda de habitat;
8. A análise da minuta de alteração do macrozoneamento municipal, quanto à área de pressão, permitiu identificar a considerável alteração que é a expansão da Macrozona de Recuperação Urbana. As características de uso e ocupação do solo na área de pressão podem ser consideradas de baixa compatibilidade com as características e políticas públicas estabelecidas para a Macrozona mencionada. Foi identificado que a expansão da Macrozona de Recuperação Urbana implica na sobreposição parcial com o Setor Especial de Recuperação Ambiental e Geotécnico. Considerando que tal Setor Especial apresenta, dentre outras características, a existência de áreas



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruibe.fiscamb@gmail.com

de alta suscetibilidade a escorregamentos e inundações, o que exigiria medidas de controle especial ou restrição à urbanização, a sobreposição identificada não é tecnicamente recomendável. No mesmo sentido, o entendimento é não ser recomendável a sobreposição entre a Macrozona em questão e o Setor Especial de Amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar, em razão do potencial aumento de vetores de pressão para a unidade de conservação de proteção integral;

9. Ao considerar o território municipal como um todo, a análise da minuta de alteração do macrozoneamento permite concluir que haveria a redução da porção do território que pode ser considerada como “área rural”, à medida que os componentes criados ou modificados apresentam características urbanas e compõe a definição do perímetro urbano municipal;
10. Ao analisar as alterações propostas para o macrozoneamento, foram identificadas 04 (quatro) áreas que passariam a compor o perímetro urbano. Foi constatado que tais áreas apresentam relevante cobertura florestal e qualidade ambiental, nas quais a densidade populacional é baixa e está ausente infraestrutura urbana;
11. A expansão do perímetro urbano municipal, no modo como está proposto pela minuta de alteração do macrozoneamento, afeta diretamente 02 áreas inseridas no Plano de Monitoramento e Fiscalização Integrada de Ocupações irregulares estabelecido no âmbito do PDSLP. A área mais afetada seria a que apresenta os indicadores de pressão mais altos e que contém a área de pressão para a qual há decisão judicial;
12. A expansão do perímetro urbano de modo a abranger a quase totalidade da área de pressão para a qual há decisão judicial poderia significar um elemento dificultador das ações de fiscalização ambiental e, conseqüentemente, o cumprimento das determinações jurídicas impostas à medida que conduziria a um potencial aumento dos vetores de pressão associados a expansão das ocupações irregulares vinculados a ilícitos ambientais;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUIBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruipe.fiscamb@gmail.com

13. De modo geral, portanto, a expansão do perímetro urbano municipal no modo como está proposto pela minuta de alteração do macrozoneamento, estaria vinculada a um potencial aumento dos vetores de pressão associados a degradação ambiental e ao risco de expansão das ocupações irregulares, com possíveis impactos negativos em áreas protegidas, unidades de conservação de proteção integral e terras indígenas homologadas;
14. Além do exposto, e apesar de não ter sido discutido ao longo do texto, segue uma relação de marcos regulatórios a serem considerados no processo de revisão do Plano Diretor Municipal, sem prejuízo daqueles que os demais setores municipais entenderem como pertinentes (recomenda-se análise pelo setor jurídico):
- Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 (Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências);
 - Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008 (Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006);
 - Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências);
 - Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências);
 - Lei Complementar n. 140, de 8 de dezembro de 2011 (Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981);
 - Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências);



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERUÍBE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Rua Dorval Melchiades de Souza, n.678, Jd. Beira Mar, CEP 11750-000
(13) 3451-1066 / (13) 3451-1000, ramal 1314 - peruibe.fiscamb@gmail.com

- Lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015: Institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação; e dá outras providências.

- Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015: Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências;

15. Por fim, recomenda-se que os polígonos das Unidades de Conservação Municipal (ver apêndices) criadas por meio dos Decretos nº 3.294, de 28 de julho de 2009, nº 3.295, de 28 de julho de 2009, nº 3.296, de 28 de julho de 2009 e nº 3.297, de 28 de julho de 2009 sejam considerados na revisão do macrozoneamento municipal;

À consideração superior,

Peruíbe, 17 de fevereiro de 2021

Thiago Malpighi
CRBio 79248/01-d
Matricula 8628

DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA DA PREFEITURA DE PERUÍBE

PARQUE NATURAL MUNICIPAL BOUNGAINVILLEE



ASSUNTO: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
MUNICIPAIS



0 150 300 m



1:14.000

Sistema de Coordenadas Planas
Projeção Universal Transversa de Mercator/Zona 23S
DATUM SIRGAS2000
CÓDIGO EPSG 31893

Fonte de dados: Limites da Unidade de Conservação (Prefeitura de Peruíbe, Processo Interno Nº 357/2009-PGM & Decreto Municipal Nº 3.295/2009); Ortoimagem/ Imagem de Stéelite World View 2, de 24/07/2017 (Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo- SIMA-SP);

LOCALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
PREFEITURA DE PERUIBE-SP

Elaborado por:
THIAGO MALPIGHI, CRBIO 079248/01-D;
MATRÍCULA 8628.

— PARQUE NATURAL MUNICIPAL BOUNGAINVILLEE - DECRETO Nº 3.294/2009

PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA RESTINGA DO GUARAÚ



ASSUNTO: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
MUNICIPAIS



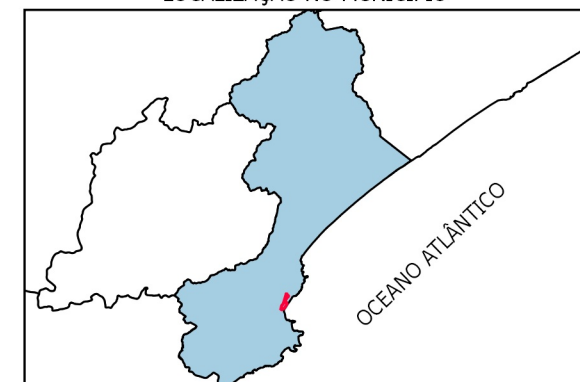
0 250 500 m

1:14.000

Sistema de Coordenadas Planas
Projeção Universal Transversa de Mercator/Zona 23S
DATUM SIRGAS2000
CÓDIGO EPSG 31893

Fonte de dados: Limites da Unidade de Conservação (Prefeitura de Peruíbe, Processo Interno Nº 357/2009-PGM & Decreto Municipal Nº 3.295/2009); Ortoimagem/ Imagem de Stélie World View 2, de 24/07/2017 (Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo- SIMA-SP);

LOCALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO



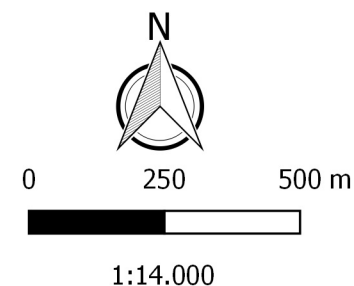
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
PREFEITURA DE PERUIBE-SP
Elaborado por:
THIAGO MALPIGHI, CRBIO 079248/01-D;
MATRICULA 8628.

— PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA RESTINGA DO GUARAÚ - DECRETO Nº 3.295/2009

PARQUE NATURAL MUNICIPAL DOS MANGUEZAIS DO RIO PRETO



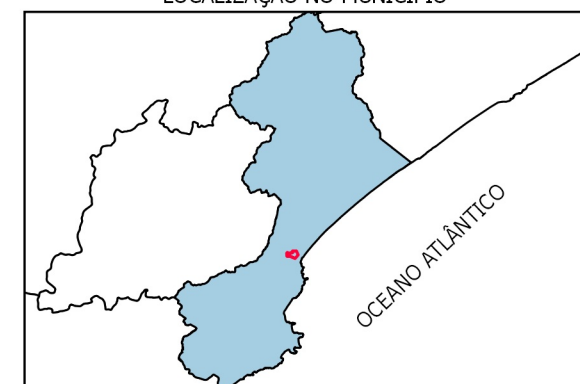
ASSUNTO: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
MUNICIPAIS



Sistema de Coordenadas Planas
Projeção Universal Transversa de Mercator/Zona 23S
DATUM SIRGAS2000
CÓDIGO EPSG 31893

Fonte de dados: Limites da Unidade de Conservação (Prefeitura de Peruíbe, Processo Interno Nº 357/2009-PGM & Decreto Municipal Nº 3.295/2009); Ortoimagem/ Imagem de Stélie World View 2, de 24/07/2017 (Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo- SIMA-SP);

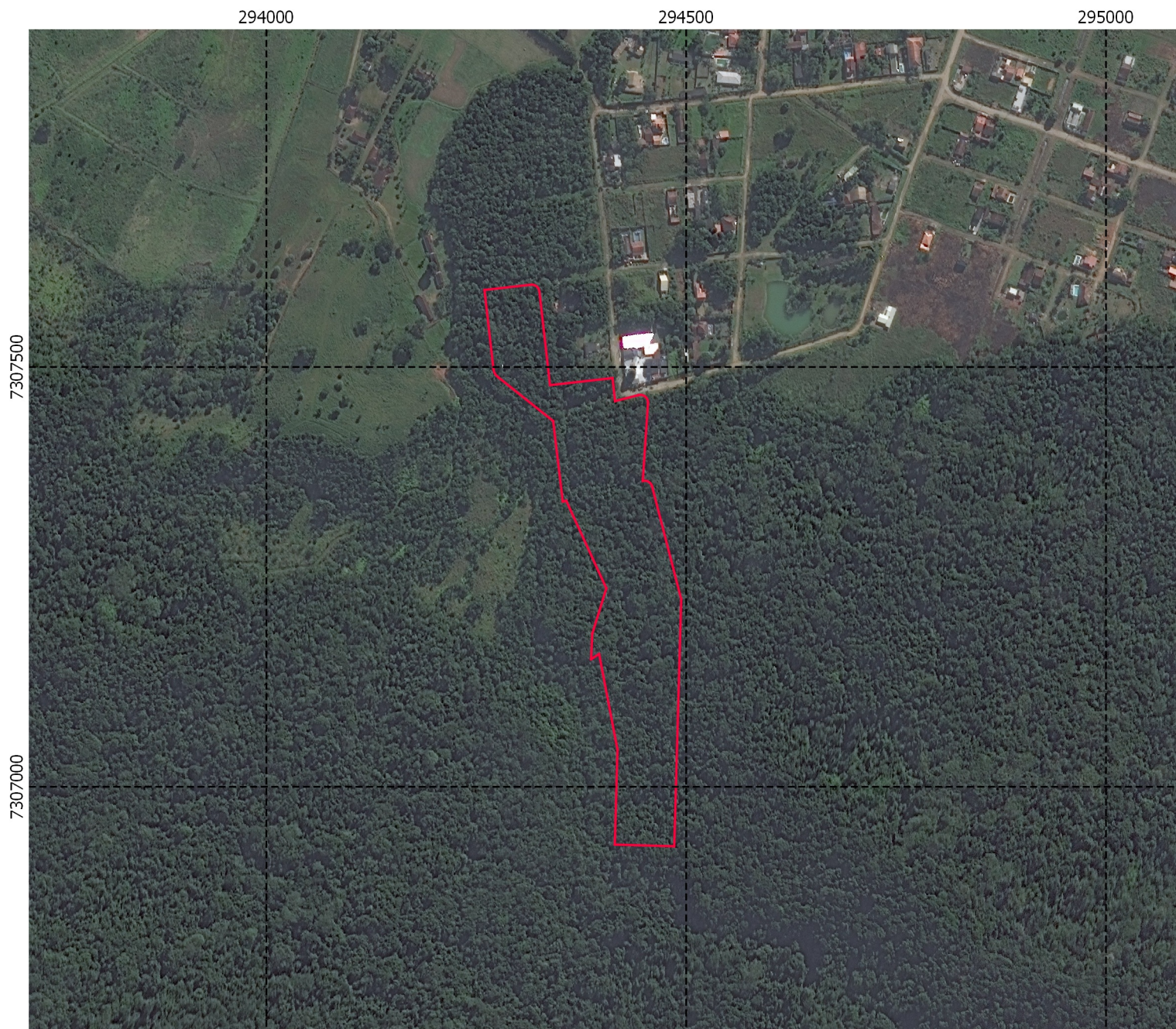
LOCALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO



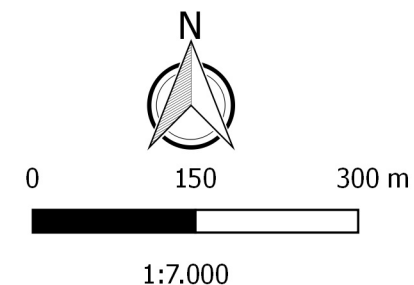
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
PREFEITURA DE PERUIBE-SP
Elaborado por:
THIAGO MALPIGHI, CRBIO 079248/01-D;
MATRICULA 8628.

— PARQUE NATURAL MUNICIPAL DOS MANGUEZAIS DO RIO PRETO - DECRETO Nº 3.296/2009

PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO VILÃO



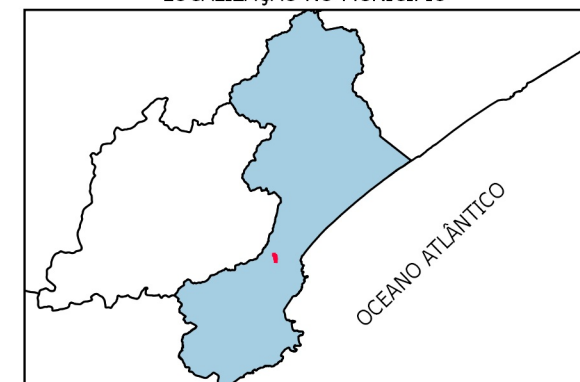
ASSUNTO: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
MUNICIPAIS



Sistema de Coordenadas Planas
Projeção Universal Transversa de Mercator/Zona 23S
DATUM SIRGAS2000
CÓDIGO EPSG 31893

Fonte de dados: Limites da Unidade de Conservação (Prefeitura de Peruíbe, Processo Interno Nº 357/2009-PGM & Decreto Municipal Nº 3.295/2009); Ortoimagem/ Imagem de Stélie World View 2, de 24/07/2017 (Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo- SIMA-SP);

LOCALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
PREFEITURA DE PERUIBE-SP
Elaborado por:
THIAGO MALPIGHI, CRBIO 079248/01-D;
MATRICULA 8628.

— PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO VILÃO - DECRETO Nº 3.297/2009